de política exterior do brasil

número 55, outubro, novembro e dezembro de 1987

1. xiv reunião consultiva do tratado da antártida
2. visita oficial do presidente sarney à Venezuela
3. brasil-líbia iv reunião da comissão mista
4. abreu sodré na oea
5. o presidente do conselho presidencial da hungria no brasil
6. presidentes latino-americanos se reúnem em acapulco
7. o ministro dos negócios estrangeiros de israel, shimon peres, visita brasília
8. brasil inaugura agência de cooperação
9. assembleia parlamentar latino-americana para a dívida externa

ministério das relações exteriores

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

» número 55. outubro, novembro e dezembro de 1987
ano 13. ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário Geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marco César Meira Naslausky

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Luiz António Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação
Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

A **Resenha de PolfUca Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Redator e Editor responsável: António de Souza Rocha
Responsável pela Distribuição: Marinete Bemardino Boaventura; Jorge dos Santos

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO) - Palácio do Itamaraty, anexo I, prédio administrativo, salas 728/730, 7ª andar.
Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.
CEP 70 170. Telefones: (061) 211 -641 Oe 211-6474.

Resenha de Polítíca Exterior do Brasil
Ano 1 — nº 1 — junhode 1974- Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil- Relações Exteriores - Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

327 (081) (05)
R433

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO
RIO BRANCO

xiv reunião consultiva do tratado da antártida

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, em solenidade de abertura da XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, no Rio de Janeiro, em 05 de outubro de 1987.

Profundamente honrado, ilustres Delegados, em acolhê-los nesta cidade do Rio de Janeiro, estendo-lhes, em nome do povo e do Governo brasileiros, as cordiais boas-vindas e os votos de pleno êxito nos trabalhos da Décima-Quarta Reunião Consultiva do Tratado da Antártida.

No decorrer das duas próximas semanas, esta cidade, para satisfação e orgulho de nós, brasileiros, será a sede de importantes deliberações relacionadas com os assuntos antárticos. E nossa esperança que elas sejam frutíferas e possam servir, concretamente, para a promoção dos princípios e objetivos consagrados no Tratado que rege as atividades dos Estados no continente austral.

Apraz-me saudar, nesta oportunidade, a presença dos representantes dos novos países que desde a última Reunião Consultiva, realizada em Bruxelas, aderiram ao Tratado da Antártida. Sente-se também o Governo brasileiro gratificado pela realização, nesta mesma data, da Sétima Reunião Consultiva Especial, onde se examinarão novos pleitos de admissão ao **status** de Parte Consultiva.

Reitero, aqui, o firme propósito do Brasil de trabalhar estreita e construtivamente tanto com os países que há pouco formalizaram sua adesão, quanto com aqueles que poderão em breve assumir novas e mais relevantes responsabilidades no âmbito do Tratado.

Senhores,

O Governo brasileiro tem plena consciência da importância do Tratado da Antártida, fórmula engenhosa de cooperação internacional. Ao assegurar, faz quase trinta anos, regras pacíficas e harmonizadoras para a atuação dos Estados em toda uma extensa região do planeta, esse instrumento jurídico se inscreve na história das relações internacionais contemporâneas como obra de inestimável valor político.

Além de ter contornado, através de uma solução prática, a controvérsia jurídica internacional que envolvia as primeiras iniciativas de exploração na Antártida, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de variada e profícua cooperação científica. Não creio existam dúvidas - mesmo entre os Estados que hoje parecem advogar um ordenamento institucional diferente - de que o Tratado esteja alcançando plenamente os objetivos que se propôs.

Graças a ele, o continente permaneceu alheio às convulsões políticas e aos confrontos de poder. Estados com visões diversas do mundo puderam, dessa forma, consolidar as bases da cooperação antártica. Acima das diferenças que nos possam separar, inspira-nos o ideal da preservação e do fortalecimento dos propósitos do Tratado, tão caros a todos nós.

Garante da paz, o Tratado proíbe que se conduzam na região atividades de cunho militar e que nela se realizem explosões nucleares. Um sistema de inspeção, que se tem provado eficaz, não só possibilita o estrito cumprimento dessas normas, mas também promove automaticamente benefícios para a comunidade internacional como um todo. Esta é uma verdade inconteste.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

A Antártida, contudo, é bem mais do que um continente de paz. Fonte de investigações que aprimoram e enriquecem o conhecimento humarjo, ela se transformou em verdadeiro laboratório científico.

Consagrados os princípios da liberdade de pesquisa no continente e da preservação de seu frágil e singular equilíbrio ecológico, puderam avançar consideravelmente os estudos sobre as condições físicas e biológicas da região, bem como sobre o seu vasto potencial económico.

Crescente importância adquirem as riquezas minerais ou animais encontradas na Antártida. Crustáceo de apreciável conteúdo proteico, o "krill", por exemplo, pode fornecer durante um ano, sem alteração do equilíbrio ecológico nos mares antárticos, a mesma quantidade de proteína consumida no resto do mundo no mesmo lapso de tempo. As perspectivas do aproveitamento desses recursos não deixam, portanto, de simbolizar uma esperança quando se tem presente que mutações de clima e solo estão contribuindo para agravar a tragédia da fome.

A expansão das atividades de pesquisa e, sobretudo, de exploração económica na Antártida, reforça, naturalmente, as legítimas preocupações de caráter ambiental. Foi justamente para proteger a fauna e a flora dos mares austrais e favorecer o seu aproveitamento racional que concluímos a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos.

Ilustres Delegados,
Senhoras e Senhores,

O envolvimento do Brasil de forma rrais intensa no continente austral é relativamente recente. Aderimos ao Tratado em 1975 e, desde então, procuramos, com perseverança, preencher os requisitos necessários à nossa maior participação no sistema antártico.

Foi assim que, em 1982, nossa política em relação à matéria assumiu expressão mais concreta com a aprovação do Programa Antártico Brasileiro e, no ano seguinte, com a instalação da estação "Comandante Ferraz", na Ilha do Rei Jorge. Admitido como Parte Consultiva do Tratado naquele mesmo ano de 1983, por ocasião da Conferência Especial de Camberra, o Brasil assegurou seu direito de participar de forma plena dos encontros internacionais realizados, a cada dois anos, com vistas à coordenação da ação dos Estados no continente branco.

Em breve, terá início a sexta operação antártica brasileira, dando continuidade ao trabalho já realizado com vistas ao conhecimento da natureza daquela vasta massa gelada e dos fenómenos de ordem científica que nela se verificam.

Tive eu, no ano passado, a oportunidade de ver **in loco,** na companhia de meus colegas os Ministros Henrique Sabóia e Renato Archer, da Marinha e da Ciência e Tecnologia, as atividades que o Brasil está desenvolvendo na Antártida. São notáveis - e disso dou aqui meu orgulhoso testemunho - o empenho e a determinação de nossos cientistas, pesquisadores e pessoal de apoio que, no corrente ano, já realizam a segunda invemação na estação "Comandante Ferraz". Credores do nosso reconhecimento são ainda todos aqueles brasileiros que contribuem para tornar possível nossa presença naquela longínqua região.

Aprovada a 3 de junho deste ano pelo Presidente José Samey, a "Política Nacional para Assuntos Antárticos" veio disciplinar, de forma integrada, as ações que desenvolvemos na área, voltadas essencialmente, dentro dos padrões de cooperação pacífica delineados pelo Tratado de 1959, para o conhecimento científico, a identificação de recursos económicos vivos e não-vivos e o estímulo à pesquisa tecnológica.

O Brasil considera que seus interesses diretos e substanciais na área de aplicação do Tratado estão adequadamente protegidos por aquele instrumento jurídico. País não-territorialista, o Brasil não formulou reivindicações de soberania na Antártida antes da entrada em vigor do Tratado e pautará sua conduta em conformidade com as disposições daquele

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

ato internacional, durante sua vigência Na hipótese de o Tratado vir a ser revisto, reserva-se o Brasil, no entanto, o direito de defender seus interesses, e o fará conforme o sentido e o alcance que venha a ter essa eventual revisão.

Entendemos que as reivindicações de soberania territorial já formuladas não interferem com o cumprimento dos dispositivos do Tratado, nem podem constituir obstáculo a futuras atividades de cunho económico que se realizem sob sua égide ou de outros atos internacionais aceitos por todas as Partes Consultivas.

Os primados básicos que norteiam a atuação do Brasil na esfera internacional - os da igualdade soberana dos Estados, da solução pacífica das controvérsias, da não-ingerência em assuntos internos de outros países - condicionam e balizam nosso comportamento em relação às questões antárticas. A política do país em face do continente é parte integrante da política externa brasileira.

O Brasil participa das deliberações no âmbito do sistema antártico em sua condição de país não-territorialista. Por outro lado, tem procurado trazer a este foro uma nova perspectiva e um novo enfoque adequados à sua condição de país em desenvolvimento, empenhado em afirmar internacionalmente as legítimas aspirações de seu povo pelo progresso económico e social. Em conseqüência, o Brasil acolhe com satisfação o interesse demonstrado por crescente número de nações em desenvolvimento no Tratado da Antártida.

Acreditamos que a participação dessas nações constitui valiosa contribuição à experiência do Tratado, que, em seu caráter flexível, deve estar sempre preparado para lidar com realidades novas. Este é um desafio que nos cabe enfrentar com determinação, pragmatismo e criatividade, a fim de que os ganhos até agora obtidos sejam os alicerces de outros êxitos no futuro. Assim, daremos, juntos, demonstração da vitalidade e do dinamismo do processo cooperativo que aqui nos congrega.

Com esses votos, declaro aberta a Décima-Quarta Reunião Consultiva do Tratado da Antártida.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

visita oficiai do presidente sarney à Venezuela

Discurso do Presidenta José Sarney na cerimônie de chegada à Venezuela, em 15 de outubro de 1987.

Senhor Presidente e Caro Amigo,

Muito me sensibilizam as generosas palavras com que Vossa Excelência recebe a mim e à minha comitiva, no momento em que chego a este país irmão, ao qual o Brasil está ligado por laços históricos e um destino latino-americano comum.

Agradeço a Vossa Excelência o generoso convite que me traz, com sentida emoção, a solo venezuelano.

Visitar a Venezuela é para mim uma satisfação imensa. Conheço a Venezuela bastante. Já viajei pelo Orenoco, pelos Manos, visitei Latos, ouvi as coplas viajeiras na língua dos cantadores através de sua literatura rica e forte, de eternizar costumes, nas páginas que li desde minha juventude, de Gallegos, Otero e tantos famosos escritores, dos melhores da América.

Sua história, a fascinante história de Bolívar, sua vida heróica, suas caminhadas, sua solidão e a ténue linha que se encerra numa morte de ilusões e desilusões, são exemplos extraordinários, que se mesclam na história da formação desta grande nação venezuelana.

Um brasileiro, Abreu e Lima, acompanhou a Bolívar, fiel em suas campanhas, e ao morrer recusou as honrarias de que era possuidor, para usar somente as medalhas que ganhou pela independência da Venezuela. Era sua glória, seu mundo.

Venho com o propósito determinado de aprofundar as relações entre nossos dois países, para que juntos caminhemos na luta pelo desenvolvimento e pela prosperidade.

Trago-lhe a minha amizade e minha admiração pelo grande líder político que é Vossa Excelência, pelo grande homem de Estado, peio irmão latino-americano.

Minha visita à Venezuela realiza-se em quadra particularmente rica da história latino-americana. Os princípios da vida democrática voltaram a ter posição de preeminência na região. Temos feito progressos notáveis em direção ao ideal bolivariano da união.

O Brasil entende que o caminho para a unidade latino-americana tem duas vertentes de igual importância, a das iniciativas de escopo regional e a do adensamento da cooperação bilateral. Nosso compromisso com esta última é inequívoco e serve, também, ao desígnio maior, de alcance continental, de construirmos um espaço expressivo, de autonomia internacional, para nossa região, com base em suas complementaridades.

Antevejo, pois, com grande interesse, as conversações que terei com Vossa Excelência. Estou seguro de que nosso diálogo será de grande proveito para o estreitamento das relações de toda ordem felizmente existentes entre a Venezuela e o Brasil.

Ao terminar estas breves palavras, gostaria de saudar, na pessoa de seu Presidente, o povo venezuelano. Suas realizações culturais, a força de sua arte, a notável construção democrática, a vocação para uma presença internacional criativa têm sido inspiração e exemplo para todos nós, latino-americanos.

Sinto-me em casa de irmãos.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

presidente josé sarney discursa na "casa amarilla"

Discurso proferido pelo Presidente José Sarney, por ocasião de sua recepção na "Casa Amarilla", em Caracas dia 15 de outubro de 1987.

Senhor Presidente e Amigo,

As generosas palavras de Vossa Excelência, que muito agradeço, bem refletem a fraterna amizade que une nossos dois povos. Traduzem, igualmente, a tradicional hospitalidade dos venezuelanos, da qual eu e minha comitiva temos tidos demonstrações inequívocas, que tanto nos têm sensibilizado.

Atribuo grande significado a esta visita à Venezuela. Nossas conversações sobre os principais pontos do relacionamento bilateral e os grandes temas da atualidade regional e internacional revelam o alto grau de aproximação entre nossos países e as férteis avenidas de cooperação que temos explorado.

Os tempos que vivemos encerram desafios comuns às nossas duas nações: desafios económicos, científico-tecnológicos, e o grande desafio social, que é o de promover a melhoria das condições de vida de nossas populações. Fortalece-nos a convicção de que a união e a solidariedade latinc-americanas são indispensáveis para que possamos dar uma resposta comum a problemas que nos são comuns.

Tenho acompanhado de perto e com especial interesse os êxitos do Governo de Vossa Excelência, assim como a atuação marcante da diplomacia venezuelana, sempre em favor da paz e da boa convivência entre os povos irmãos da América Latina.

Esteja Vossa Excelência seguro de que terá o Brasil sempre a seu lado nessa luta, que também é nossa. Não temos nenhum propósito de hegemonia. A História do Brasil é uma trajetória de vocação de paz. Queremos estreitar laços de amizade e cada vez mais integrar-nos à América Latina. Já que nossos problemas são comuns, comuns devem ser as soluções. É preciso ajudar-nos, nós, uns aos outros.

Ao reiterar, pois, a Vossa Excelência meus agradecimentos pela gentileza com que me tem distinguido, peço a todos os presentes que ergam suas taças em brinde pela prosperidade do povo venezuelano, pelo continuado êxito de seu Governo, bem como pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

discurso do presidente josé sarney na sede do sistema económico latino-americano - sela

Discurso do Presidente José Samey, na sede do Sistema Económico Latino-Americano-SELA, dia 16 de outubro de I987 em Caracas.

Senhor Secretário Permanente do SELA,

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Sistema Económico Latino-Americano - o SELA - é o foro latino-americano permanente de coordenação e cooperação nos campos económico e social, tem buscado a consecução de seus propósitos com base nos princípios de igualdade, soberania e independência, de solidariedade e não-intervenção, de respeito às diferenças de sistemas políticos, económicos e sociais. Seus trabalhos têm sido extremamente proveitosos para a cooperação, a consulta e a coordenação, com vistas à adoção de estratégias comuns sobre temas económicos e sociais de vital interesse.

O grande desafio que na proximidade do século XXI enfrentamos é o de construir o desenvolvimento com democracia e justiça social. Cabe-nos imaginar soluções e combinar meios para sair do estancamento, sem sacrificar os valores da liberdade e da igualdade que são a essência de nossas nacionalidades.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Dòcumento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Políticos, empresários, financistas, trabalhadores, cientistas e artistas têm a tarefa irrenunciável de cooperar no grande processo de transformação, já que não aceitamos como destino histórico a perpetuação da miséria, da ignorância e do autoritarismo.

O SELA, sua Secretaria, seus Comités de Ação, nos alertam permanentemente para a verdade de que a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe é requisito para a modernização e o desenvolvimento. Países com uma sociedade nova, livre, justa, igualitária, desenvolvida e unida são os ideais que inspiram o SELA.

O Brasil considera os esforços pela cooperação económica e política com nossos vizinhos como a concretização de nossa decisão política de ver a América Latina com a mais alta prioridade.

O desafio da união latino-americana, sonho de nossos antepassados e frustração de tantas gerações, deve ser realista, gradual e flexível, para ser viável politicamente e eficiente economicamente.

O SELA poderá apontar caminhos para essa união, sempre tendo como base os princípios fraternos que ligam os povos da região, e levando em conta a diversidade cultural, histórica e de organização política e económica de nossos países.

Reativar o comércio regional, dinamizar o sistema de pagamentos, reduzir os desquilíbrios radicais de intercâmbio, estreitar os hiatos de desenvolvimento na região são objetivos do mais alto significado político.

O Convénio de Créditos Recíprocos, o Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade do Caribe, o Pacto Andino, a ALADI, os programas bilaterais são esforços de que participamos ou que apoiamos na esperança de ver progredir a união latino-americana e caribenha.

Senhores: são os mais difíceis obstáculos os que às vezes ensejam a oportunidade de maior aproximação entre nossos países.

Encontrar solução justa para o problema de nosso endividamento externo tem sido uma luta comum.

Ampliação dos prazos de pagamento, identificação de novas opções para pagamento da dívida, reajuste das economias dos países industrializados, tomam-se medidas inadiáveis.

Por outro lado, a estabilidade mesma de nossas instituições políticas depende de padrões aceitáveis de desenvolvimento e bem-estar.

A situação de crise que nos rodeia no plano económico internacional exige o melhor de nossos esforços e de nossa solidariedade para vencer a miséria que ainda aflige muitos de nossos cidadãos, vítimas de condições cada vez mais precárias.

A luta pelo progresso econômico-industrial não nos faz esquecer a necessidade de aprimorar o perfil da distribuição de renda em nossos países.

Assegurar às nossas populações mais carentes o direito à educação e à saúde é um desafio que enfrentaremos. Os déficits alimentar, habitacional, hospitalar e de saneamento básico existentes na América Latina são tão assustadores quanto nosso endividamento externo e dele são em parte conseqüência.

Diminuir as taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil e de doenças endémicas, melhorar as condições de vida dos menores e idosos, são aspectos da luta que travamos contra a pobreza.

As dificuldades não abatem nosso ânimo. E são provas de nossa constante colaboração as decisões do Conselho Latino-Americano, as atividades de cooperação regional, as iniciativas do Consenso de Cartagena, do Grupo de Contadora e de seu Grupo de Apoio, e o mecanismo de consulta e concertação política a nível presidencial.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Senhores,

Ao reafirmar o propósito de não medir esforços para consolidar a solidariedade de nossos povos, para retomar o desenvolvimento, para resolver o endividamento e para erradicar a probreza, estou certo de que o SELA continuará a servir a esses objetivos compartilhados por todos nós, nesta nova etapa, sob a direção do Senhor Pérez dei Castillo, da mesma maneira que o fez sob a direção do seu antecessor, o Senhor Sebastián Alegretti.

O Brasil, posso assegurar-lhes, estará sempre pronto a colaborar para o êxito desta Causa Comum.

discurso do presidente josé sarney na hidrelétrica de gúri

Discurso pronunciado pelo Presidente José Samey, na Hidrelétrica de Guri na Venezuela em 17 de outubro de 1987.

Senhor Presidente,

Encerro minha estada na Venezuela com a visita que ora faço ao complexo hidrelétrico de Guri. Esta obra, de fundamental importância na vida económica do país, mostra o dinamismo empresarial venezuelano e o seu elevado grau de avanço tecnológico. É prova eloqüente da firme determinação da Venezuela de prosseguir em seu caminho de desenvolvimento económico, incorporando a região amazônica venezuelana aos pólos dinâmicos de crescimento do país.

Constitui demonstração segura dos elevados níveis de cooperação bilateral o fato de que empresas brasileiras de engenharia tenham participado das obras de construção da barragem e aumento da potência instalada da "Central Hidrelétrica Raul Leoni".

Congratulo-me com Vossa Excelência e com o povo venezuelano pelo relevante significado económico e social desta obra marcante, considerada hoje a maior hidrelétrica em operação no mundo e fator decisivo de aporte energético às necessidades das indústrias de base da Venezuela.

Peço licença aos venezuelanos para expressar meu orgulho por esta grande obra. É que considero os grandes feitos de nossos países como feitos latino-americanos, pedaço de cada um de nós, sentimento que nasceu na Venezuela, com o ideal de Bolívar.

A impressão que causa a grandeza dessa obra reforça minha convicção de que temos condições de ampliar sempre mais os esforços de coperação. A capacidade venezuelana, aqui concretizada, constitui demonstração do altíssimo nível atingido por vosso País e confirma a importância da Venezuela como parceiro do Brasil. Estou seguro de que poderemos aumentar e diversificar sensivelmente o nosso intercâmbio económico e comercial.

O melhor que podemos oferecer para o futuro é este processo de colaboração, que ora intensificamos e que haverá de proporcionar frutos perenes para as populações de ambas as nações.

Senhor Presidente,

Tenho o forte sentimento de que esta minha visita à Venezuela deixará traços inesquecíveis na minha vida de homem público. As homenagens e o carinho do povo venezuelano são expressões da melhor fraternidade. As identidades entre nossas posições internacionais ficaram claramente sublinhadas. Abrem-se novas perspectivas de cooperação. O diálogo não poderia ter sido mais franco e objetivo. E, mais que tudo, a visita reforça o sentido novo de unidade que procuramos forjar hoje na América Latina.

Ao renovar, pois, os meus agradecimentos a Vossa Excelência, Senhor Presidente Jaime Lusinchi, reitero-lhe a expressão da minha amizade pessoal e a disposição do Governo e do povo brasileiros de estreitar cada vez mais os vínculos que unem nossos dois países.

brasil e Venezuela assinam declaração conjunta

Texto da Declaração Conjunta Brasil-Venezuela, assinada em Caracas, no dia 16 de outubro de 1987, pelos Presidentes José Samey e Jaime Lusinchi.

A convite do Presidente da República da Venezuela, Jaime Lusinchi, o Presidente da Re-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

pública Federativa do Brasil, José Sarney, efetuou visita oficial à Venezuela, no período de 15 a 17 de outubro de 1987.

Durante sua permanência na Venezuela, o Presidente José Sarney entrevistou-se em várias ocasiões com o Presidente Jaime Lusinchi; recebeu as chaves da cidade de Caracas; proferiu discurso em sessão solene ante o Congresso Nacional; recebeu o ex-Presidente Luis Herrera Campíns na residência presidencial "La Viñeta"; visitou o Panteón Nacional, onde prestou homenagem ao "Libertador" Simon Bolívar participou de reunião do Sistema Económico Latino-Americano, ocasião na qual proferiu discurso; visitou o complexo hidrelétrico de Guri acompanhado do Presidente Jaime Lusinchi, onde foi recebido pelo Ministro de Estado, Presidente da Corporação Venezuelana de Guayana.

As conversações mantidas entre o Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República da Venezuela versaram sobre diversos temas da atualidade internacional e regional de interesse especial para os dois países, com ênfase no relacionamento bilateral, e transcorreram no âmbito fraterno e construtivo que caracteriza as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois países. Os Mandatários brasileiro e venezuelano assinalaram, prazerosamente, que a referida visita expressa a vontade política dos dois governos de ampliar e aprofundar substancialmente as relações entre o Brasil e a Venezuela. Como resultado desse diálogo, ambos os Presidentes decidiram subscrever a seguinte:

declaração conjunta

1. Os dois Presidentes reiteraram a plena adesão de seus Governos aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos. Manifestaram sua convicção de que os objetivos supremos da paz, justiça, cooperação e desenvolvimento requerem o contínuo reforço e revitalização daqueles foros, tarefa para a qual acordaram estreitar as consultas entre seus Governos, com vistas a coordenar ações.

2. Os dois Presidentes expressaram sua satisfação com a perspectiva de ser concluído, a curto prazo, o primeiro acordo real de desarmamento da era nuclear e reafirmaram a necessidade de que as negociações bilaterais entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sejam vinculadas aos esforços empreendidos nos foros multilaterais de desarmamento, tendo em vista o legítimo interesse de todos os Estados de participar no processo de tomada de decisões sobre esta matéria, que afeta toda a humanidade. Instaram-nos a continuar em seus esforços para a consecução de outras medidas concretas, equitativas e não-discriminatórias destinadas a deter e reverter a corrida armamentista nuclear e à eliminação de todas as armas de destruição em massa.

3. Ambos Presidentes reiteraram seu firme compromisso de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Concordaram também que a cooperação internacional no campo nuclear deve ficar sob salvaguardas internacionais acordadas e apropriadas a serem aplicadas através da Agência Internacional de Energia Atómica em base não discriminatória a fim de efetivamente impedir a proliferação de armas nucleares. Nesse contexto, reafirmaram o direito de cada Estado a executar seu próprio programa de utilização de energia nuclear com fins pacíficos para seu desenvolvimento económico e social, bem como o direito ao acesso à tecnologia, equipamento e materiais.

4. Ao reiterar seu mais firme repúdio a todas as formas de discriminação racial, os dois Presidentes renovaram sua condenação enfática à persistência do regime de **apartheid,** imposto pelo Governo da África do Sul, que, por suas sistemáticas e inaceitáveis violações dos direitos humanos, ofende a consciência ética dos povos e representa ameaça à paz e à segurança internacionais. Salientaram a necessidade inadiável de que se intensifiquem os esforços da comunidade internacional com vistas a pôr fim a ocupação ilegal da Namíbia e a assegurar o direito do povo namibiano à independência, em conformidade com as resoluções relevantes das Nações Unidas.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

5. Ambos os Presidentes ressaltaram o endosso da comunidade internacional à resolução 41/11, aprovada durante a XU Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, pela qual foi instituída a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, e salientaram a importância de que todos os Estados a respeitem como tal e contribuam para a sua plena implementação.

6. Os dois Presidentes manifestaram sua preocupação com a persistência de graves desequilíbrios na economia mundial e com o alargamento progressivo dos desníveis existentes entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Referindo-se ao problema crucial do endividamento externo dos países em desenvolvimento, expressaram sua convicção de que esta situação só poderá ser enfrentada através de medidas coletivas à base do princípio da co-responsabilidade entre devedores e credores, que permitam aos países devedores a retomada do processo de desenvolvimento económico. Reconheceram, neste sentido, a importância do Consenso de Cartagena como foro apropriado de cooperação regional para examinar, em um contexto político, a questão do endividamento externo.

7. Demonstraram profunda preocupação pela proliferação, nos países industrializados, de toda classe de medidas protecionistas, a grande maioria contrárias aos compromissos internacionais assumidos por esses países como subsídios, restrições quantitativas, ações de salvaguarda, aplicação de direitos compensatórios e **anti-dumping,** represálias comerciais, bem como o recurso desses países a políticas de condicionalidade, acordos "voluntários" de restrição às exportações, e limitações que descaracterizam seus esquemas de preferências.

8. Acordaram instar, cooordenadamente, junto aos países industrializados para que cumpram os compromissos adotados por eles com relação ao comércio com os países em desenvolvimento, e para que respeitem os acordos concluídos em Punta dei Este por ocasião do lançamento da rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais, especialmente aqueles relacionados com o **stauts quo** e o desmantelamento das medidas protecionistas. Ambos os Presidentes coincidiram ainda na necessidade de facilitar maior acesso das exportações dos países devedores em desenvolvimento ao mercado internacional, de modo que lhes permita os saldos indispensáveis ao pagamento do serviço de suas dívidas.

9. Ambos os Presidentes, comprometidos com o esforço de paz na América Central, enfatizaram a importância transcendental que atribuem ao procedimento para estabelecer uma paz firme e duradoura na região, adotado pelos cinco Chefes-de-Estado dos países centro-americanos. Ao mesmo tempo, coincidiram em que os compromissos assumidos no Documento Esquipulas II são prova cabal de que os cinco Governos da região estão habilitados a identificar soluções próprias para a crise que enluta a região.

10. Nesse contexto, observaram com satisfação e tomaram nota das diversas medidas adotadas em cada um dos países centro-americanos, com vistas ao cumprimento, dentro dos prazos estabelecidos, dos compromissos assumidos no Documento Esquipulas II. Dentro desse espírito, e como Chefes-de-Estado de dois países-membros do Grupo de Contadora e de Apoio, instaram os países com vínculos e interesses na América Central a abster-se de qualquer atitude que possa inviabilizar o êxito dessa iniciativa de paz genuinamente latino-americana.

11. Os dois Mandatários reafirmaram seu empenho em seguir apoiando e estimulando a atuação do Grupo de Contadora, cuja ação mediadora, com o respaldo político do Grupo de Apoio, se tem revelado de fundamental importância para a busca de uma solução pacífica e negociada para o conflito centroamericano. Felicitaram-se pela instalação, em agosto último, em Caracas, da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento, integrada conjuntamente pelo Governos dos países centro-americanos, os países do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, bem como pelos Secretários-Gerais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

`Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

12. Verificando haver importantes coincidências de posições quanto às maneiras mais apropriadas de resolver muitos dos problemas que hoje enfrenta a América Latina, concordaram em apontar, como imperativa, a necessidade de dar um renovado impulso ao processo de integração regional e reafirmaram o compromisso de seus Governos com a unidade e solidariedade latino-americana Imbuídos desses propósitos, os dois Presidentes salientaram a profunda vocação solidária e latino-americanista do Brasil e da Venezuela, oferecendo seu mais decidido apoio à integração, concebida como o fator fundamental no processo de desenvolvimento económico e social dos países da região.

13. Os dois Presidentes felicitaram-se pela decisão, adotada pelo Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, de passar a reunir-se periodicamente, em nível de Chefes-de-Estado. Coincidiram em que tal decisão, formulada menos de um ano após o estabelecimento, em dezembro de 1986, no Rio de Janeiro, do Mecanismo Permanente, indica que o processo de concertação então iniciado se desenvolveu em terreno fértil e amadureceu rapidamente. Concordaram em que o Encontro dos Oito Presidentes, em Acapulco, nos dias 27 e 28 de novembro próximo, marcará o início de uma histórica, nova e auspiciosa etapa no processo de concertação regional, para cujo êxito ambos os países envidarão seus melhores esforços.

14. Os dois Mandatários coincidiram em que o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política se constitui numa das principais instâncias de um processo mais amplo de entendimento regional. Nesse sentido, reconheceram, com satisfação, que o citado Mecanismo bem como outros instrumentos de cooperação e integração regionais, como o SELA, a ALADI e o Consenso de Cartagena, assim como os esforços desenvolvidos pelo Grupo de Contadora e seu Grupo de Apoio, demonstram, além de qualquer dúvida, que os países da América Latina estão hoje em condições de propiciar, pela via do diálogo e da concertação de posições, soluções próprias para os problemas que enfrenta a região.

15. Os dois Chefes de Estado, ao reafirmar o seu comprometimento com os ideais de paz, de liberdade e de democracia, propósitos e princípios que inspiram as políticas exteriores de seus respectivos países, expressaram sua satisfação pelo crescente fortalecimento do sistema democrático no continente. Reiteraram sua convicção de que a democracia, por sua natureza pluralista e participativa, é indispensável para o exercício da justiça social e constitui o melhor sistema político para promover a defesa e a garantia dos direitos do homem. Reconheceram, ademais, que a consolidação democrática na América Latina está íntima e diretamente relacionada com o crescimento e a estabilidade económica na região, hoje seriamente ameaçada pelo problema da dívida externa.

16. Ao considerar que o respeito irrestrito aos direitos humanos é um componente essencial da democracia, reiteraram a convicção de seus Governos de promover e garantir amplamente esses direitos, no âmbito de suas jurisdições nacionais, comprometendo-se a unir esforços para a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, tendo acordado, ambos os Governos, ações coordenadas, nesta matéria, junto aos foros internacionais competentes.

17. Os Presidentes declararam que acompanham com interesse os avanços obtidos na vida política do Suriname, na direção da normalização institucional e democrática naquele país. Nesse sentido, mostraram sua satisfação pela recente celebração de um referendum popular, pelo qual foi aprovada a nova Constituição.

18. Os dois Mandatários expressaram sua profunda apreensão pela intensificação do uso indevido e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e reconheceram a necessidade de incrementar a cooperação, tanto bilateral quanto multilateral, a fim de lograr a erradicação definitiva desse flagelo, convencidos que estão da necessidade de utilizar ao máximo os recursos humanos e materiais disponíveis para atacar este problema em todas as suas manifestações. Convieram na

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

urgência de que se concluam as negociações sobre um projeto de Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas no Âmbito das Nações Unidas, na esperança de que possa ser adotado no transcurso do ano de 1988.

19. Os dois Presidentes reafirmaram a importância que seus Governos atribuem ao Sistema Económico Latino-Americano (SELA) e seus esforços pela coordenação e cooperação entre os países da América Latina e Caribe. Nesse contexto, o Brasil e a Venezuela acreditam firmemente na cooperação intra-regional como uma forma de contribuir para a aceleração do desenvolvimento económico e social da região, reiterando seu compromisso com o SELA, como mecanismo de consulta e coordenação, orientado para o fortalecimento da posição comum dos países latinoamericanos e do Caribe sobre temas de interesse tanto em outros foros internacionais quanto perante terceiros países.

20. Ambos os Mandatários, convencidos da importância e da necessidade de utilizar plenamente as oportunidades comerciais do mercado latinc-americano, coincidiram em dar prioridade em suas políticas exteriores aos esforços de cooperação e integração regionais. Brasil e Venezuela participarão e cooperarão ativamente com os mecanismos existentes de maneira realista e flexível, a fim de contribuir para seu fortalecimento e dinamização. Nesse contexto, destacaram a importância da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e expressaram seu firme apoio à rodada regional de negociação da mesma.

21. Ratificaram o apoio ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), cuja função, de promover o processo de cooperação entre os países amazônicos tem sido integralmente exercida, graças à determinação dos Estados-Membros e em que pese as dificuldades em sua aplicação decorrentes do longo período de recessão económica, que atingiu a maioria desses países na presente década.

22. Manifestaram amplo apoio ao Plano de Açáo da Secretaria "Pro Tempore", notando, com satisfação, a celebração nas últimas semanas, do "Seminário sobre Alternativas Tecnológicas para as Telecomunicações na Região Amazônica", em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, e o "Encontro Técnico para Examinar o Plano de Ação em Botânica para a Região Amazônica", realizado em Brasília, para cuja implementação no biénio 1988 - 1989 está sendo solicitada a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Sublinharam, ao mesmo tempo, o interesse na programação da Secretaria "Pro Tempore" até o final da gestão brasileira, em fevereiro de 1988. Esta programação inclui a concretização de um "Plano Regional de Saúde" e início da execução do levantamento do "Balanço Hídrico da Região Amazônica", ademais de um "Seminário sobre Técnicas de Construção de Rodovias na Região Amazônica".

23. Ressaltaram, ainda, a necessidade de dedicar atenção constante à questão ambiental na Região Amazônica, de conformidade com o acordado no texto do Tratado de Cooperação Amazônica, com respeito à preservação do meio ambiente da região. Reiteraram a disposição de trocar regularmente informações sobre as medidas de preservação do meio-ambiente, ap içadas nos dois países, e de promover posições coordenadas, nos foros internacionais apropriados, sobre iniciativas de cooperação internacional em questões ambientais.

24. Ao assinalar a importância que atribuem à cultura como dimensão inerente aos esforços de desenvolvimento integral, concordaram em que o mesmo se realize no estrito respeito aos mais profundos anseios culturais nacionais, e permita, através da aplicação livre da criatividade, a consolidação de uma identidade cultural latino-americana; Nesse sentido, os Presidentes do Brasil e da Venezuela propuseram que a cooperação cultural passe a merecer um lugar de destaque tanto em nível bilateral entre os países da região, quanto por parte das diversas instâncias regionais.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

25. No tocante ao diálogo político bilateral, os dois Chefes de Estado, em clara coincidência e entendimento mútuo, reconheceram que as relações bilaterais alcançaram, em seu conjunto, níveis muito elevados. Concordaram em incorporar à agenda das reuniões periódicas entre os Ministros das Relações Exteriores, em bases permanentes, a consideração de temas relevantes e de interesse mútuo que sejam objeto de apreciação em organismos regionais e mundiais, a fim de promover a harmonização crescente de ações diante dos grandes problemas que afligem a comunidade internacional e com o objetivo de promover iniciativas que impulsionem a concertação latino-americana.

26. Com respeito às relações económicas e comerciais entre os dois países, os Presidentes concordaram em adotar um conjunto de ações tendentes a promover a expansão equilibrada e dinâmica dos fluxos comerciais de ambos países, em níveis compatíveis com o amplo potencial de seus mercados e com o objetivo de alcançar um incremento substancial do comércio, de forma gradual, flexível e realista

27. Nesse sentido, decidiram imprimir um maior grau de dinamismo ao intercâmbio comercial, mediante a atualização e reativação dos instrumentos bilaterais existentes, bem como o exame das modalidades alternativas de comércio. Registraram, igualmente, interesse em examinar a utilização de mecanismos financeiros nacionais de apoio ao comércio exterior, em particular as linhas de crédito à exportação de bens e serviços. Concordaram, igualmente, em oferecer o mais efetivo apoio à aproximação que se tem observado entre os setores público e privado dos dois países, comprometendo-se a estimular novas iniciativas com vistas ao estabelecimento de empresas conjuntas e a propiciar maior cooperação no setor de serviços de engenharia e construção civil.

28. Ambos Presidentes, expressaram grande satisfação pelas perspectivas de intercâmbio e cooperação que se apresentam no campo energético e petrolífero.

29. Em matéria de cooperação fronteiriça, os Chefes de Estados do Brasil e da Venezuela compartilharam o interesse recíproco em promover o desenvolvimento socio-econômico das regiões fronteiriças, dando ênfase ao melhoramento das condições de vida e aos serviços, e ao transporte de pessoas e de bens; bem como em examinar os meios mais adequados para incrementar o comércio na região.

35. Manifestaram grande satisfação pela assinatura, em julho de 1987, do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Drogas, que permitirá a ampliação da cooperação bilateral nos mais diversos aspectos da problemática das drogas, inclusive na questão do controle das substâncias químicas utilizadas na elaboração de entorpecentes. Consideraram muito positivos os contatos que vêm sendo mantidos no âmbito da Comissão Mista Bilateral e da Subcomissão Mista Fronteiriça que tratam do assunto.

36. Ambos os Presidentes mostraram satisfação pelo entendimento alcançado pelas duas Chancelarias com vistas à aplicação de um programa de cooperação e intercâmbio entre o Instituto Rio Branco do Brasil e o Instituto de Assuntos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores e a Academia Diplomática Pedro Gual da Venezuela, fato que demonstra a firme vontade dos dois países de ampliar as possibilidades de cooperação para benefícios dos Serviços Dip omáticos de ambos países.

37. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos durante o transcurso da presente visita, o Presidente José Samey e o Presidente Jaime Lusinchi aprovaram o seguinte Programa de Ação a ser executado pelo Brasil e pela Venezuela:

1. Manter um diálogo político permanente entre os Chanceleres de ambos os países, a fim de examinar temas relevantes e de interesse tanto no campo bilateral, quanto em nível de organismos regionais e mundiais.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

2. Avançar consultas com vistas ao estabelecimento de um Programa Especial de Cooperação e Complementação Brasileiro-Venezuelano,' com base nas experiências e potencialidades de ambos os países.

3. Celebrar a IV Reunião da Comissão de Cooperação Brasil-Venezuela, em abril de 1988, em Brasília, convencidos da extrema importância e utilidade da referida Comissão no âmbito das relações entre os dois países. Nesta reunião, entre outros, se dará especial importância aos seguintes temas:

A. Examinar e recomendar medidas conjuntas para incentivar e dar maior dinamismo ao intercâmbio comercial;

B. Verificar o andamento do Acordo de Alcance Parcial n^{9}13, tal como acordado em Montevidéu, em março de 1987;

C. Estimular a aproximação entre os setores públicos, mediante missões, estabelecimento de **joint venturas** e um maior grau de cooperação no setor de serviços de engenharia e construção civil;

D. Examinar os mecanismos de apoio ao comércio exterior, em particular as linhas de crédito à exportação de bens e serviços; e,

E. Examinar os meios mais adequados para a cooperação em matéria de comércio fronteiriço, promover, entre outros, seminários, feiras e intercâmbio de visitas de empresários; da mesma forma, avaliar as condições de vida, o transporte e o intercâmbio de bens e mercadorias na fronteira, com vistas a contribuir para o desenvolvimento socio-econômico da região.

4. Aprofundar os contatos entre as respectivas autoridades competentes no setor de petróleo, a fim de se precisarem fórmulas mutuamente satisfatórias, tendentes a ampliar suas relações comerciais.

5. Formalizar o Convénio Geral de Cooperação entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) e Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), com o propósito de promover a colaboração conjunta e o assessoramento mútuo nas atividades das industrias petrolífera e petroquímica.

6. Como resultado do Primeiro Seminário Económico e Comercial sobre a Venezuela e do Primeiro Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, realizados em São Paulo, de 21 a 23 de setembro último, estimularão a celebração de novos encontros dessa natureza nos primeiros meses do próximo ano, a fim de que os empresários de ambos os países identifiquem áreas de cooperação económica e comercial e projetos de investimentos conjuntos.

7. Precisar as iniciativas de cooperação e complementação entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Corporação Venezuelana de Guayana (CVG), resultado dos contatos mantidos entre as duas empresas estatais.

8. Implementar as modalidades específicas de cooperação necessárias para asfaltar a Rodovia BR-147, ao norte de Boa Vista, até o marco BV-8, na fronteira entre ambos os países.

9. Proceder aos trâmites necessários para a entrada em vigor, por troca de notas, dos entendimentos alcançados no campo da cooperação técnica, científica e tecnológica, advindos das conversações entre o Brasil e a Venezuela.

10. Celebrar reuniões bilaterais no campo da aviação comercial e sobre transporte marítimo, previstas para o mês de novembro do corrente ano. Por outro lado, com referência ao Acordo de Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga, propiciar os contatos necessários com a finalidade de negociar um instrumento que regule o transporte fronteiriço de passageiros.

11. Formalizar, por troca de notas, o Programa de Intercâmbio Cultural para o biénio 1988-1989, resultado da primeira Reunião da Comissão Mista de Cooperação Cultural Brasileiro-Venezuelana, do qual constam, entre outros, os seguintes aspectos:

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

- Por parte do Brasil, propuseram celebrar cinco exibições de cinema; uma mostra de desenho industrial, e a participação no Festival Internacional de Teatro em Caracas, em 1988, bem como diversas iniciativas no campo da música, da fotografia, da biblioteconomia e da musicologia; da mesma forma, na parte educativa, o Brasil propôs a conclusão de um Protocolo Adicional ao Acordo Cultural relativo à cooperação inter-universitária.

- Por parte da Venezuela, constou a proposta de criação de um Centro Cultural em Boa Vista; a celebração anual de uma Semana da Venezuela no Brasil; na área educativa, intercâmbio de informação e de missões de curta duração, no setor de ensino técnico agropecuário e na realização de programas sócio-educativos nas regiões fronteiriças para atender às populações dessa áreas.

12. Acelerar as negociações para concluir, no mais breve prazo, um Acordo no campo da Co-produção Cinematográfica, tema sobre o qual há amplo consenso entre as entidades pertinentes de ambos os países.

13. Celebrar reunião entre representantes dos dois países, no primeiro trimestre de 1988, em Puerto Ordaz, com vistas a examinar as questões consulares no âmbito do mecanismo de cooperação que será firmado em futuro próximo sobre este assunto.

14. Adiantar o formato de um Programa de Cooperação e Intercâmbio entre o Instituto Rio Branco do Brasil e o Instituto de Assuntos Internacionais e a Academia Diplomática "Pedro Gual" da Venezuela, para o qual os Q retores das citadas instituições manterão contatos e intercambiarão visitas em futuro próximo.

Ao término da visita, ambos os Mandatários mostraram-se sumamente satisfeitos com as conversações mantidas e pelos resultados das mesmas. O Presidente José Sarney expressou seu profundo reconhecimento pelas cordiais atenções que lhe foram dispensadas durante sua permanência na Venezuela e formulou convite ao Presidente Jaime Lusinchi para visitar o Brasil, convite este que foi aceito com especial satisfação.

Caracas, 16 de outubro de 1987, em português e espanhol, textos igualmente válidos.

José Samey
Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Jayme Lusinchi
Pelo Governo da República da Venezuela

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

brasil - Ifbia
iv reunião da comissão mista

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da sessfio de abertura da IV Reuniáo da Comissão Mista BrasII-LIbIa, no Itamaraty. em 19 de outubro de 1987.

Excelentíssimo Senhor,

Engenheiro Jadallah Azzouz Talhi,

Secretário de Relações Exteriores e Presidente da Seção Líbia,

Senhores Membros da Delegação Líbia,

Senhores Membros da Delegação Brasileira,

É com particular satisfação que abro os trabalhos da 4ª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Líbia de Cooperação, da qual esperamos bons resultados, tanto em termos da ampliação do intercâmbio entre nossos dois países, quanto em decorrência da troca de ideias sobre novas oportunidades e modalidades de cooperação bilateral que esta reunião enseja.

A presença do Secretário de Relações Exteriores e de sua delegação entre nós é motivo de especial regozijo para o Governo brasileiro, cujos votos de boas-vindas transmito neste momento.

O longo intervalo decorrido entre a 3a. Reunião e a presente não impediu que as relações entre a República Federativa do Brasil e Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia prosseguissem de modo positivo nos últimos anos. E creio, Senhor Secretário de Relações Exteriores, que esta reunião permitirá ventilar numerosos aspectos de nossas relações, não só de natureza técnica, como decorre do erv contro de duas delegações representativas de diversos setores governamentais e económicos dos dois países, mas também de natureza política, em alto nível, dada a presença de Vossa Excelência como chefe da delegação de seu país.

O Brasil atribui grande importância à intensificação de suas relações com os demais países em desenvolvimento, ao lado dos quais vem trabalhando há mais de dois decénios por uma nova ordem económica internacional. Estes esforços coordenados iniciaram-se na década de 60 nos foros de comércio e desenvolvimento, prosseguiram nas conferências de cooperação técnica e nos foros ligados à transferência de tecnologia, e se estendem presentemente aos mecanismos internacionais relevantes na questão da crise do endividamento dos países em desenvolvimento. Estamos plenamente conscientes de que, a par da prioridade que deve haver na coordenação entre as nações do terceiro mundo em todas essas áreas do relacionamento Norte-Sul, temos de tomar significativa o mais rapidamente possível a cooperação Sul-Sul, terreno no qual o Brasil tem logrado realizar avanços consideráveis. Com efeito, além de seu muito bom relacionamento político com a quase totalidade das nações em desenvolvimento, a participação dessas nações no comércio exterior brasileiro atingiu percentagens particularmente elevadas.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Estas e muitas outras afinidades nos ligam ao mundo em desenvolvimento, no qual tem-se intensificado em particular nosso relacionamentq com os vizinhos da América do Sul, com á África e com o Oriente Próximo, região em que nosso apoio aos direitos do povo palestino tem sido um dos pontos definidores da política exterior brasileira.

Renovo, pois, Senhor Engenheiro Jadallah Azzouz **Talhi,** Secretário de Relações Exteriores, meus votos a Vossa Excelência, e a sua delegação, de que sua visita ao Brasil seja assinalada por entendimentos proveitosos e por uma estada agradável entre nós.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

brasil e o unfdac assinam acordo

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Cerimônia de assinatura de Acordo entre o Governo brasileiro e o Fundo das Nações Unidas para Controle do Abuso de Drogas (UNFDAC), no Hamaraty, em 05 de novembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor
Ministro de Estado da Justiça,
Professor Paulo Brossard de Souza Pinto;

Excelentíssimo Senhor
Diretor-Executivo do Fundo das Nações Unidas para Controle do Abuso de Drogas,
Doutor Giuseppe di Gennaro;

Excelentíssimo Senhor
Embaixador da República Italiana, António Ciarrapico,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Ministério da Justiça,
Doutor José Fernando Cirne Lima Einchenberg,

Excelentíssimo Senhor
Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima;

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes,
Doutor Miguel Reale Júnior;

Excelentíssimo Senhor

Representante Residente, adjunto, do PNUD,

Doutor Valter Franco,

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e meus senhores,

O acordo que o Governo brasileiro acaba de celebrar com o Fundo das Nações Unidas para Controle do Abuso de Drogas merece, antes de tudo, ser apreciado pelo seu alcance ético, social e político.

Ético, por fazer parte de um esforço em defesa da vida e da dignidade humana.

Social, por ajudar na erradicação de um mal que se está tornando crónico e tanto estigmatiza a nossa época, com reflexos no aumento da criminalidade, da violência, da dissolução familiar.

Político, por constituir modelo de cooperação internacional na luta contra um fenómeno que praticamente já se universalizou, alastrando-se pelo mundo em proporções cada vez mais graves e complexas.

O combate às drogas é uma forma de respondermos ao nosso compromisso com o desenvolvimento de sociedades justas, democráticas e solidárias. Nenhuma nação pode considerar-se apta a conquistar modalidades aperfeiçoadas de convivência política e social se não souber atacar esse problema com firmeza e responsabilidade.

No Brasil, a prioridade com que a matéria vem sendo tratada pelo Governo, com o engajamento consciente de múltiplos setores, é um sinal da preocupação e do sentido humanitário que inspiram nossos esforços na área do controle de entorpecentes.

É com satisfação que vemos agora acrescentar-se a esses esforços a inestimável colaboração do Fundo das Nações Unidas.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Com significativo aporte de recursos financeiros, o acordo que tive a honra de assinar, juntamente com o Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes, permitirá viabilizar uma série de projetos nas áreas da prevenção do uso indevido de drogas, do tratamento e recuperação de dependentes, bem como da repressão ao tráfico Mítico.

O Governo brasileiro deposita justificadas esperanças no êxito das iniciativas e programas que colocará em marcha com o auxílio do Fundo das Nações Unidas. Acolhemos essa contribuição como testemunho da legitimidade de nossa política de combate às drogas e como prova de confiança na seriedade e eficácia da ação de nossas autoridades.

Ao Doutor Giuseppe di Gennaro, Diretor-Executivo do Fundo, desejo, nesta oportunidade, transmitir não apenas a expressão de nosso reconhecimento, mas também de nosso respeito e admiração pelo trabalho dinâmico inovador que tem realizado à frente da entidade, responsável pelo maior impulso atualmente dado a seus programas de cooperação.

Com prazer, ressalto também a importância da contribuição prestada ao Fundo pelo Governo italiano, o que tem permitido a ampliação de suas atividades em prol de uma causa de tão nobres propósitos. Ao Embaixador António Ciarrapico, peço, portanto, que faça sentir às autoridades de seu país o quanto apreciamos e valorizamos esse apoio altamente construtivo.

Cumpro, ainda, o grato dever de manifestar o reconhecimento do Governo brasileiro pelo auxílio dedicado e competente do PNUD na elaboração deste acordo, principalmente através de seu Representante Residente em nosso país, Doutor Peter Koenz, e de seus colaboradores.

Senhores,

Mazela da sociedade contemporânea e verdadeiro desafio para o futuro de nosso povo, o problema das drogas tem afetado o Brasil dentro de suas fronteiras e em suas vinculações com o exterior, embora em níveis menos alarmantes do que em outros países.

O Governo tem empreendido uma reflexão cuidadosa sobre esse fenómeno, suas causas imediatas e profundas e a maneira mais adequada de enfrentá-lo. Estamos convencidos de que ele necessita ser enfocado em toda sua abrangência e complexidade. E combatido energicamente por meio de atividades concertadas e harmónicas em três vertentes fundamentais: a prevenção do uso indevido; a repressão ao tráfico; e a recuperação de viciados.

Esta é, basicamente, a orientação da política brasileira nesse campo. A experiência mostra que, sem enfrentarmos simultaneamente as diferentes facetas do problema, não lograremos resultados palpáveis.

Não desconhecemos as dificuldades inerentes à luta contra as drogas. Temos consciência de que recursos financeiros por si só não bastam para controlar todos os riscos envolvidos no abuso de drogas e, muito menos, para erradicar definitivamente o problema O mal atinge e violenta a juventude quer em nações pertencentes ao Primeiro Mundo, quer em nações em estágio de desenvolvimento. Alguns países, apesar de poderem alocar por conta própria vultosas somas para esse objetivo, ainda se defrontam com situações em que o consumo e o tráfico de entorpecentes seguem crescendo, adquirindo contornos cada vez mais perigosos. A ação da sociedade deve estender-se a todos os setores - justiça, saúde, educação, cultura, comunicação social.

A inteligência, a criatividade e o espírito público das autoridades responsáveis por nossa política de combate às drogas - entre as quais ressalto, com satisfação, o Senhor Ministro de Estado da Justiça, meu colega e amigo Paulo Brossard - são garantia de êxito das ações governamentais.

Devo salientar, igualmente, o trabalho exemplar empreendido pelo Conselho Federal de Entorpecentes, órgão colegiado do Governo brasileiro com competência específica na matéria.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Em coordenação com o Conselho, o Ministério das Relações Exteriores tem participado ativamente na condução dessa política, seja em nível bilateral, seja no âmbito de foros regionais e mundiais. Como chefe desta Casa, posso testemunhar o empenho com que o Itamaraty tem procurado contribuir, com sua experiência na defesa e afirmação de nossos interesses, para os esforços da sociedade em uma tarefa essencialmente voltada para a promoção do bem-estar e a preservação dos valores morais de nosso povo.

Eu próprio, como Ministro das Relações Exteriores, participei de importante evento, no âmbito da OEA, dedicado ao fortalecimento da cooperação hemisfórica nesse campo - a Conferência Especializada Interamericana sobre Tráfico de Drogas, realizada no Rio de Janeiro, em abril do ano passado.

Com o suporte imprescindível da cooperação internacional, a política do Governo brasileiro em matéria de combate às drogas encontra no apoio que receberemos agora do Fundo das Nações Unidas um horizonte promissor. Tenho certeza de que essa cooperaçã será fecunda em realizações de interesse vital para a sociedade.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

abreu sodré na oea

Discurso do Ministro de Estado das Relações **Exteriores,**
Roberto de Abreu Sodré, **na XVII Sessão Ordinária da**
Assembléia-Geral da Organização dos Estados **Americanos,**
em Washington, dia 10 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhor Secretário-Geral,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permita-me Vossa Excelência, Senhor Presidente, que me afaste, hoje, da tradição que nos sugere devam os discursos nesta Casa terem início com a saudação ao Presidente de sua Assembleia.

Permita-me que o faça para, através de Vossa Excelência, prestar sincera e jubilosa homenagem, em nome do Governo e do povo brasileiros, ao Presidente Oscar Árias, cujo intenso esforço em favor da conciliação e do entendimento na América Central lhe valeu merecidamente o Prémio Nobel da Paz.

É com prazer, igualmente, que apresento a Vossa Excelência, Senhor Chanceler Rodrigo Madrigal Nieto, meus cumprimentos por sua eleição. Estou certo de que, sob sua direção hábil e segura, levaremos a bom termo nossas deliberações.

Senhores,

Quase quarenta anos se passaram desde que nossos antecessores, os signatários da Carta de Bogotá, assumiram a responsabilidade de levar adiante os altos propósitos da cooperação interamericana e de acrescentar ao seu legado novas conquistas para o desenvolvimento e o bem-estar de nossos povos. Como solenemente registraram no preâmbulo da Carta, "a missão histórica da América é oferecer ao homem uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização de suas justas aspirações".

Cumpro hoje o honroso privilégio de reafirmar o compromisso do Brasil não só com aqueles ideais de liberdade, mas também com os objetivos da paz e da cooperação hemisférica, alicerces da Organização dos Estados Americanos.

A diplomacia multilateral, e em particular aquela que se pratica neste foro, sedimenta sua importância e utilidade. O diálogo, a negociação e a cooperação são insubstituíveis no convívio entre as nações. Contribuem para o entendimento criativo e duradouro. Promovem a diluição de interesses isolados, necessariamente limitados e por vezes conflitantes, em favor da afirmação e construção dos grandes projetos que a todos beneficiam.

Aqueles que insinuam a falência do multilateralismo solapam o interesse superior dos Estados na conjugação de esforços indispensável à solução de seus problemas comuns.

A chamada crise do multilateralismo não decorre da insuficiência de estruturas jurídicas e institucionais apropriadas. Elas existem, estão ao nosso dispor e têm sido constantemente

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

• aperfeiçoadas. O que, na verdade, coloca em risco as conquistas históricas do multilateralismo e ameaça frustrar sua capacidade de ação na defesa dos princípios que todos compartilhamos é a obstinada resistência à aceitação das novas complexidades inerentes aos foros internacionais.

Na medida em que as organizações internacionais não deixam de refletir as vontades soberanas e as relações entre os países que as compõem, a crise do multilateralismo nada mais é do que um obstáculo artificial a sobrepor-se de forma perversa às dificuldades que naturalmente podem surgir no processo de conciliação dos interesses dos Estados.

Entre as prioridades da política externa brasileira, avulta a de contribuir para o fortalecimento e o prestígio da Organização dos Estados Americanos. Acreditamos na fecundidade dos métodos e procedimentos da diplomacia desta Organização, por ser, ademais, expressão legítima de liberdade e do pluralismo.

Recordo palavras do Presidente José Samey, em discurso que proferiu em setembro do ano passado no Conselho Permanente desta Organização: "mais do que um património histórico da amizade interamericana, constitui a OEA um recurso posto à disposição de nossos povos, uma estrutura montada a serviço da cooperação e do diálogo nas Américas. É o foro por excelência onde, no pano regional, podemos e devemos praticar a democracia".

O atual movimento de afirmação democrática em nosso continente foi responsável pela revalorização de uma das mais nobres conquistas do sistema interamericano seu ordenamento jurídico relacionado com a proteção dos direitos humanos. As duas convenções regionais sobre a matéria, foram encaminhadas ao Congresso Nacional e o Governo brasileiro espera entrem em vigor para o país o mais breve possível.

Indício da nova vitalidade que a Organização está adquirindo, a despeito de todas as dificuldades, é o processo de implementação das reformas acordadas em 1985 em Cartagena das índias. Esperamos que o Protocolo de Cartagena, já assinado por todos os Estados aqui representados, possa entrar brevemente em vigor, instituindo a modernização por que todos lutamos. O Brasil tem a satisfação de ver o Secretario-Geral da Organização, Embaixador João Clemente Baena Soares, dedicar toda sua capacidade e inteligência à coordenação desse esforço coletivo.

O caminho do fortalecimento da OEA passa, necessariamente, pela solução de sua atual crise financeira. Esse problema só tem sido momentaneamente contornado graças a criativ dade do Secretáric-Geral e de seus colaboradores, empenhados em assegurar, em condições de extrema penúria de meios, a continuação das atividades substantivas da Organização.

Não podemos pôr a perder todo um património histórico de conquistas que engrandece este foro. Sentimos sua importância e vislumbramos suas dificuldades. Mas diante do desafio, temos que fixar claramente em nossas consciências o papel da Organização na preservação e no aperfeiçoamento da obra comum de solidariedade continental que há quase um século vimos construindo.

É imprescindível e urgente que os Estados-membros da Organização se unam em um esforço concentrado, com vistas à buscar soluções que assegurem os recursos necessários para que a OEA possa cumprir sua missão, tal como disposto em sua Carta.

Senhor Presidente,

Senhores Delegados,

A paz na América Central está hoje ao alcance de nossas mãos. Antes de ser uma dádiva, ela é fruto de um trabalho cotidiano de perserverança e de crença na capacidade humana de superar ressentimentos e antagonismos. A paz resgata a dignidade do homem e o reconcilia com sua vocação de progresso.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

O fato indubitavelmente mais auspicioso transcorrido desde a última Assembléia-Geral Ordinária foi a conclusão, em 7 de agosto passado, na Guatemala, do "Procedimento para estabelecer a paz firme e duradoura na América Central".

Documento histórico que propõe uma solução viável para a situação que ameaçava conflagrar o istmo, afetar o Continente, e sensibilizava o mundo, o acordo de Esquipulas II honra as melhores tradições latino-americanas. Dignifica os seus autores e enriquece o património de solidariedade continental. Comprova a validade dos contínuos esforços dos Grupos de Contadora e Apoio, bem como dos Secretários-Gerais da OEA e das Nação Unidas. Eleva, enfim, à sua mais alta expressão os propósitos e princípios da Carta desta Organização.

Membro do Grupo de Apoio a Contadora, o Brasil sempre acreditou que, somente através da conciliação, do respeito à democracia, à autodeterminação e à não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, é possível favorecer uma solução definitiva e legítima para os conflitos da região. E sempre afirmamos, também, que aos povos centro-americanos, integrados ao movimento de progresso e democratização da América Latina, cabe assumir a responsabilidade direta na superação da crise, não por imposição ou pressões externas, mas pela sua própria vontade e perseverança.

Esta Assembléia-Geral saberá refletir os avanços já logrados na implementação do acordo da Guatemala, de cuja verificação e acompanhamento o Brasil tem participado na companhia dos países centro-americanos, dos demais integrantes dos Grupos de Contadora e Apoio, e dos Secretários-Gerais da OEA e da ONU.

Senhores,

Como já tive a oportunidade de manifestar na Assembléia-Geral das Nações Unidas, uma série de iniciativas, além daquelas tomadas em relação à crise centro-americana, atesta a criatividade e a capacidade renovada da América Latina de encontrar soluções próprias para os seus problemas. Menciono, por ser imperativo da verdade presente:

1) - a criação do "Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política", conseqüência direta da frutífera experiência acumulada nos contatos entre os oito países que integram os Grupos de Contadora e Apoio e que se reunirão proximamente no México, em nível presidencial;

2) - a dinamização das atividades e esforços em prol da integração económica latino-americana em diversos foros como a ALADI, o SELA, o Consenso de Cartagena;

3) - os acordos de integração e cooperação económica entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, que ratificam a determinação de contribuir, através do esforço de desenvolvimento comum de nossos países, para o êxito do empreendimento mais amplo da integração latino-americana.

Todas essas iniciativas, que abriram novos horizontes para a diplomacia latino-americana, devem ser vistas como parte de um processo mais amplo no sentido da verdadeira unidade regional.

Em contraste com essas tendências positivas, que nos orgulham, persistem, lamentavelmente, situações de extrema preocupação que colocam em risco o exercício da liberdade, minam os esforços de construção de nossos países e lançam nossos povos em sombria expectativa E nitidamente o caso da grave crise económica que atravessa a América Latina.

Em meu pronunciamento desta tribuna no ano passado, ressaltei a íntima vinculação entre o progresso no campo dos direitos humanos e a melhoria das condições de vida dos países em desenvolvimento. Reitero, hoje, o que disse naquela oportunidade: o direito ao desenvolvimento é um direito inalienável do homem.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Lamentavelmente, a comunidade das nações está longe de implementar o preceito, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de se construir uma ordem económica internacional justa e eqüitativa.

Senhor Presidente,

As conseqüências sumamente graves que poderão advir do atual quadro internacional não podem ser subestimadas. Os países em desenvolvimento da América enfrentam uma realidade profundamente adversa, que desafia a capacidade de nossos povos de construírem seu futuro com dignidade e esperança.

Deparamo-nos, a cada passo, com severas e iníquas restrições por parte de nossos parceiros industrializados no campo das finanças, do comércio de bens e serviços e da absorção de novas tecnologias.

A dívida externa converteu-nos em exportadores líquidos de capital, quando dele mais precisamos para atendimento das necessidades básicas de nossos povos. Permito-me focalizar a posição de meu país: o Brasil somente poderá saldar seus compromissos financeiros, em condições dignas e razoáveis, se o pagamento da dívida não impedir o nosso desenvolvimento e empobrecer o nosso povo. Não podemos nos prender aos estritos aspectos técnicos do problema, devemos abordar sua essência política.

A co-responsabilidade de devedores e credores é vital para que se encontrem respo tas satisfatórias e eqüitativas. Repito, ao Brasil, como a qualquer outra nação em desenvolvimento, não se pode pedir o sacrifício de seu crescimento económico e o conseqüente empobrecimento de seu povo.

À dívida se sobrepõem os entraves de ordem comercial que limitam e impedem o acesso de nossos produtos aos mercados dos países desenvolvidos. Esses dois fenómenos perpetuam uma situação nociva e perigosa para todos.

Além dos enormes desafios que enfrentam hoje as nações latino-americanas no campo econômico-social, assistimos no próprio continente à persistência de situações que perturbam a conquista da paz e a marcha de nossos povos em direção ao progresso e à estabilidade.

Arrasta-se o contencioso das Ilhas Malvinas. O Brasil apoia há um século e meio as reivindicações da Argentina com relação à soberania sobre aquele arquipélago. Temos instado as duas partes envolvidas à busca de um entendimento justo e duradouro sobre todos os aspectos da divergência. É nosso dever ressaltar a importância de que se evitem quaisquer medidas ou ações capazes de aumentar tensões na área e que dificultem a criação do clima de confiança necessário para a solução da disputa relativa às ilhas.

Em junho passado, o Conselho Permanente reuniu-se em Sessão Extraordinária para considerar as divergências em torno do problema do acesso da Bolívia ao mar. Naquela ocasião, a delegação brasileira lamentou a interrupção das negociações boliviano-chilenas sobre a matéria e expressou a esperança de que esse diálogo seja retomado em breve. O Brasil confia em que o exame maduro desse item de nossa agenda contribuirá para encaminhá-lo de forma compatível com os princípios da solução pacífica e negociada das controvérsias e os do direito internacional, postulados cardeais da Carta da Organização.

Senhor Presidente,

Senhores Delegados,

Minha delegação participará dos trabalhos desta Sessão inspirada, como sempre, nos propósitos e princípios da Carta da OEA, que constituem em si mesmos paradigma da boa convivência entre as nações.

Repito o apelo do Presidente de meu país, ao discursar no Conselho Permanente: "Não podemos deixar às gerações futuras apenas um legado de esperanças, de promessas por

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

cumprir. Façamo-nos julgar por nossas obras, por nossos feitos, e não por nossa omissão. Este é o princípio que deve orientar toda ação política e toda ação diplomática. Esta é a luz que o Brasil gostaria de ver acesa nesta tribuna das Américas".

Não são, pois, simples nem rotineiros os desafios com que nos defrontamos nesta Organização. Assim como inspirava nossos antecessores, há quase quarenta anos, não desfalece em nós o ideal da fraternidade americana. Mais do que reafirmá-lo, impõe-se fazer dele uma realidade dos nossos dias. Não há tarefa mais urgente diante de nós, do que a de sermos dignos do respeito e da gratidão das novas gerações de americanos que nos seguirão.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

o presidente do conselho presidencial da hungriano brasil

Discurso proferido pelo Presidente José Samey por ocasião da visita do Presidente do Conselho Prasidenciai da República Popular da Hungria, Sr. Károly Nómeth, no Itamaraty, em 16 de novembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor

Presidente Károly Németh,

Honrado pelo privilégio de receber o primeiro Chefe de Estado húngaro a visitar o Brasil, estendo as mais cordiais boas-vindas a Vossa Excelência e sua ilustre comitiva. Desejo tributar-lhes a homenagem sincera do povo e do Governo brasileiros e fazer-lhes sentir todo o apreço e simpatia que nutrimos por seu país.

Tive a satisfação de encontrar em Vossa Excelência, durante nossas conversações de hoje à tarde, interlocutor franco e amigo, aberto ao entendimento e sensível às questões de nosso interesse comum. Pude comprovar o ânimo construtivo com que Vossa Excelência, nesta visita para nós muito grata, vem engrandecer a obra da aproximação mais estreita entre o Brasil e a Hungria.

Sua presença entre nós traduz o alto nível em que nossos dois países buscam desenvolver suas relações e aproveitar as perspectivas que se abrem para o aperfeiçoamento do diálogo político e da cooperação bilateral.

Os laços entre o Brasil e a Hungria ganham, assim, novas dimensões, evidenciando, em seus diferentes campos, vasto potencial de colaboração a ser explorado em benefício recíproco.

A importância desse diálogo não se exprime apenas em nosso propósito de fortalecer a compreensão mútua É clara, também, nossa disposição de identificar, com franqueza e maturidade, pontos de convergência nas posições de cada país sobre os problemas internacionais. Queremos, do mesmo modo, ampliar a nossa cooperação, promovendo, com empenho e criatividade, iniciativas suscetíveis de resultados duradouros em setores como o cultural, o técnico e o científico-tecnológico.

Assegurar condições de um convívio cada vez mais estreito e fértil entre duas nações geograficamente distantes pode ser, Senhor Presidente, um desafio à nossa capacidade diplomática. Mas a amizade entre os povos não conhece barreiras. Na caso do Brasil e da Hungria, ela nasceu e se retempera constantemente das ligações culturais e humanas que se estabeleceram ao longo da História.

Relevante é o quinhão da nacionalidade brasileira enriquecido pelo generoso aporte da imigração húngara, perfeitamente integrada à vida do país. De valor inestimável é também o acervo cultural húngaro, que passou a permear, de forma espontânea, a vida brasileira nos mais diversos campos.

Assim ocorre na música, onde a obra de Franz Liszt foi, e é, perene inspiração para nossos musicistas, e na literatura, com o primoroso "Meninos da Rua Paula", de Ferenc Moinar, magistralmente traduzido por esse ilustre húngaro-brasileiro que é Paulo Rónai, livro que vem encantando gerações e gerações de jovens brasileiros.

Senhor Presidente,

Da parte do Governo brasileiro, posso garantir-lhe que desejamos um relacionamento maduro e objetivo com os países socialistas. Posso asseverar-lhe, igualmente, que reconhecemos nas inovadoras mudanças de sen-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

tido democrático por que vem passando a Hungria - fonte de inspiração, aliás, para as transformações mais recentes ocorridas em outras nações da Europa Oriental - um fator de grande'importância a estimular o aprofundamento dos contatos e o maior conhecimento recíproco entre nossos povos.

Vossa Excelência tem a oportunidade de encontrar aqui um Brasil novo e dinâmico, que busca vencer seus desafios democraticamente, com a participação plena de todos os segmentos da sociedade.

A nova Constituição - ora em debate na Assembleia Nacional Constituinte - definirá nosso destino político-institucional e representará etapa expressiva no processo de consolidação democrática.

No plano económico, estamos determinados a assegurar a manutenção do crescimento e a resgatar a imensa dívida social que pesa sobre o país. Estas são metas irrenunciáveis. O Brasil não pode permitir que, por conta da dívida externa, seja transferida para fora do país vultosa soma de recursos, indispensáveis ao seu desenvolvimento e ao bem-estar de sua população.

Para esse legítimo reclamo, Senhor Presidente, buscamos sensibilizar a comunidade internacional. Em face da crise que vem abalando os alicerces da economia mundial, somente o estabelecimento de novas regras, aceitas de comum acordo, poderá reverter o quadro de instabilidade e desordem que se reflete hoje no recrudescimento de práticas comerciais protecionistas, em restrições à transferência de tecnologia e em limitações aos fluxos financeiros. A economia internacional como um todo se verá afetada em suas próprias bases se não soubermos, em conjunto, vencer o drama e a angústia dos povos sacrificados pela fome, pela miséria, pela própria falta de esperança.

Em nosso encontro de hoje falamos da questão vital da preservação da paz. Acolhemos como encorajadores os recentes avanços obtidos nas últimas conversações entre a União Soviética e os Estados Unidos da América visando à conclusão de um acordo sobre mísseis intermediários. Esperamos que tais negociações conduzam ao que seria o primeiro acordo real de desarmamento da era nuclear. Vemos como imperiosa a necessidade de eliminar definitivamente das preocupações do género humano o espectro da aniquilação pela força das armas nucleares.

Excelentíssimo Senhor
Presidente Károly Németh,

Com o pensamento voltado para o ideal da paz entre os povos e exaltando a vocação de entendimento e solidariedade que nos cabe fortalecer, quero agradecer a presença de Vossa Excelência e da Excelentíssima Senhora Németh em nosso país e, ao mesmo tempo, formular-lhes, em nome de minha mulher e no meu próprio, votos de êxito em sua visita e de uma feliz estada en nossa terra.

Convido todos os presentes a erguerem comigo suas taças para brindar à felicidade pessoal do Presidente e da Senhora Némath e ao estreitamento das relações entre o Brasil e a Hungria.

discurso do presidente do conselho presidencial da república popular da hungria

Discurso proferido pelo Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria, Sr. Károly Németh, por ocasião de sua visita ao Brasil, no Kamaraty, em 16 de novembro de 1987.

Ilustríssimo Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Honro-me em ter visitado a República Federativa do Brasil, juntamente com minha esposa, a convite de Sua Excelência, o Senhor Presidente Dr. José Sarney. Retribuo com francos agradecimentos a cordial e amistosa recepção que nos foi oferecida, assim como o programa, por meio do qual pudemos conhecer o povo brasileiro e o Vosso grandioso país, com suas riquezas históricas e tradições culturais.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Prezados amigos brasileiros,

Ao longo de sua história milenar, o povo húngaro, o qual faz parte de uma das pequenas nações da Europa, tem sido exposto a muitas contrariedades. Há mais de quatro decénios, que também o nosso povo vem usufruindo da paz no continente europeu. Enveredando pela sua própria via tem-se empenhado na construção de uma sociedade socialista, alcançando, em decorrência, conquistas históricas.

Data ainda de pouco tempo, que o nosso país se encontrava numa situação de atraso, situando-se, hoje, entre os países de economia medianamente desenvolvida. Não obstante as dificuldades existentes, as pessoas vivem em segurança social. O desenvolvimento do país, não tem sido idêntico em todas as suas fases, tendo-se deparado com óbices e dificuldades.

Atravessamos atualmente um período de estagnação no ritmo de crescimento, que se deve, sobretudo, aos efeitos negativos da economia mundial, bem como às debilidades do nosso trabalho. Falamos abertamente sobre as questões que se propõem a ser resolvidas e, juntamente com o nosso povo, procuramos encontrar as soluções. É nosso firme propósito criar as bases para o desenvolvimento futuro da nossa pátria, como condição impreterível para a melhoria do bem-estar da população.

O programa do Governo aprovado na sessão parlamentar de Outono do corrente ano, determina com abrangência exaustiva, as tarefas a serem levadas a efeito. Desejamos veementemente modernizar, incrementar a competitividade e eficácia da estrutura económica do país, tornando-a mais flexível às mudanças verificadas no contexto económico internacional.

Pretendemos também, ao mesmo tempo, aperfeiçoar as reformas económicas e sociais, bem como aprofundar a democracia socialista e, fortalecer o pacto social da nação. A consecução desses desígnios, é tarefa de toda a nação, exigindo da nossa sociedade um desempenho imolador. Tal como anteriormente, estamos cientes que vamos conseguir superar com êxito tão decisivas atribuições.

Senhor Presidente,

Agradeço com sinceridade as palavras de Vossa Excelência, aquilatando com mérito a amizade e boas relações entre os nossos povos. Estou convicto que a primeira visita ao Brasil de um Chefe de Estado da Hungria irá induzir uma nova dinâmica na ampliação e aprofundamento das relações bilaterais e, conseqúentemente, contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade e apreço entre os povos. As relações do passado constituem as bases sólidas desses preceitos. O Brasil é tradicionalmente o nosso maior parceiro económico da América Latina. A cultura brasileira, rica em seus valores e, em particular, a literatura, tem sido elo de ligação entre os nossos povos. A poesia e prosa moderna do Brasil vêm-se tomando cada vez mais populares. Não conhecendo fronteiras, a música e o desporto são outros testemunhos das boas relações.

Os nossos compatriotas húngaros, que residem em grande número no Brasil, têm um lugar de realce nas nossas relações. Vários foram aqueles que se evidenciaram na vida dos negócios, na ciência e na cultura. Entre eles, encontram-se pintores de arte, cientistas e escritores. Foi com grande satisfação, que no passado recente, expressamos a nossa consideração ao eminente escritor e tradutor literário Pál Rónai, pelo fortalecimento dos laços culturais entre as duas nações.

Apraz-nos informar que as relações entre o Brasil e a Hungria são amistosas, correctas e promitentes quanto ao seu desenvolvimento. Saliento que é nosso sincero desejo e determinação, ampliar a cooperação com base em vantagens mútuas para os dois países. Manifestamos o nosso pleno acordo com a mensagem que me foi dirigida pelo Senhor Presidente Dr. José Sarney, na qual evidencia a necessidade e possibilidade de elevar o nível das nossas relações. É também nosso entender que existem ainda muitas possibilidades inexploradas, cujo aproveitamento pode vir a abrir novas perspectivas para o desenvolvimento, mediante a aplicação de novas formas e métodos. Com determinação e atuação

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

conjugada, poderemos evidenciar resultados significativos tanto no campo económico, como também a nível de cooperação técnicc-çientífica, cultural, informação e outras áreas.

Senhor Presidente,

Considero de grande importância a nossa posição semelhante, quanto às questões internacionais mais cruciais, no que concerne o destino da humanidade. Se bem que no mundo atual ainda se mantêm sem alteração os elementos de tensão, consolidam-se certos processos de reforço de confiança

A atmosfera internacional tem denotado variações favoráveis, intensificando-se o diálogo entre o Ocidente e o Oriente, bem como as negociações entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Consideramos de suma importância os entendimentos sobre a convocação da nova cimeira soviético-americana, ao abrigo da qual poderá ser firmado o acordo sobre a abolição total dos mísseis nucleares de pequeno e médio alcance.

Esperamos desse acordo que o mundo venha a orientar-se para a via do desarmamento. Este importante evento pode vir a gerar um clima de maior confiança entre os países de diferente estrutura social, dando novos passos para a limitação do armamentismo influenciando beneficamente a situação mundial. Estamos convictos, que o desarmamento nuclear total e geral é a única via possível para a sobrevivência da humanidade.

Para além da salvaguarda da paz no mundo é também uma preocupação comum a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, como um dos problemas da economia mundial.

Acreditamos que a amortização da dívida externa não deva ser um obstáculo ao desenvolvimento económico de nenhum país. Este gravíssimo problema exige uma aproximação global, só podendo ser solucionado com a criação da nova ordem económica internacional, levando em atenção os interesses e responsabilidades mútuas, a justiça e a reciprocidade.

Prezados amigos,

A República Popular da Hungria está empenhada na preservação da paz mundial, na consecução do desarmamento, assim como no fortalecimento do diálogo entre os países. Juntamente com os nossos aliados, envidamos esforços para criar um mundo mais pacífico, conseguir uma segurança igual e satisfatória, bem como uma melhor compreensão entre as nações. Juntamente com Vossas Senhorias, salientamos que a cooperação entre os países deve ser baseada nos princípios de respeito mútuo, não interferência e igualdade soberana. Condenamos todas as formas de discriminação, assim como os procedimentos contrários ao fluxo de informações de natureza tecnológica e científica.

Reconhecemos em termos elogiosos, as aspirações construtivas da República Federativa do Brasil, no que respeita à política internacional. Temos em grande apreço e apoiamos, a resolução da ONU, criada por iniciativa do Brasil, declarando como zona de paz e cooperação, a região do Atlântico Sul. Repartimos o mesmo ponto de vista brasileiro, de que os conflitos regionais devem ser resolvidos de forma pacífica por conversações, respeitando as normas do direito internacional. Consideramos de grande importância a contribuição que o Brasil, como país membro do Grupo de Contadora, tem dado para a normalização pacífica da crise da América Central. Consideramos também como importante avanço e apoiamos o documento aprovado na cimeira da Guatemala pelos cinco Chefes de Estado da América Central. Estamos cientes que a consecução desse acordo virá trazer a paz duradoura para os povos dessa região.

Acompanhamos com simpatia as aspirações do Governo brasileiro em fortalecer a democracia, representar os interesses do país, participar de uma forma ativa na cooperação económica dos países da América Latina e na integração, bem como na atuação política conjugada

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Posso assegurar a Vossa Excelência que também no futuro, faremos tudo para o enriquecimento e ampliação das relações entre os nossos países. A minha pátria será também no futuro um parceiro honesto e de confiança para o Brasil.

Permita-me que em meu nome, no nome da minha esposa e de meus compatriotas aqui presentes renove os meus sinceros agradecimentos a Vossa Excelência pelo convite, assim como pela amistosa e cordial recepção que nos foi oferecida. Espero poder o quanto antes vir a retribuir-lhe tudo isto na Hungria.

Levanto o meu copo
- em honra do Senhor Presidente e sua simpática esposa,
- à saúde dos meus amigos brasileiros,
- à felicidade do povo do Brasil,
- à cooperação entre a República Popular da Hungria e a República Federativa do Brasil,
- à amizade entre os nossos povos.

discurso de abreu sodré na assinatura de documentos

Discurso pronunciado pelo ministro de Estado, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da assinatura de documentos com o ministro do Comércio Exterior da Hungria, no Itamaraty, em 17 de novembro de 1987.

Senhor Ministro,

Desejo aproveitar a oportunidade que me oferece esta solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções e do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Brasil e a Hungria para expressar minha satisfação com o atual estágio alcançado pelas relações de amizade e cooperação entre nossos países e pelas perspectivas que podemos vislumbrar de que atingiremos no futuro níveis sempre mais elevados em nosso relacionamento.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma intensificação dos esforços de ambos os governos no sentido de fortalecer as relações bilaterais. Tomaram-se mais freqüentes os contatos entre autoridades governamentais e representantes de empresas dos setores público e privado de parte a parte com o intuito de desenvolver o intercâmbio entre o Brasil e a Hungria.

Esta atividade construtiva tem produzido bons resultados e podemos considerar que as relações entre nossos países têm progredido de maneira significativa. Entretanto, o desenvolvimento interno de nossos países e a própria dinâmica das relações internacionais exigem que redobremos nosso empenho e que novas áreas e novas modalidades de cooperação sejam identificadas e exploradas.

Por esta razão, encontramo-nos aqui reunidos para a celebração de instrumentos que visam a aperfeiçoar o quadro institucional que rege as relações bilaterais.

Com efeito, a vontade política que tem animado a crescente aproximação entre nossos Governos está sendo, neste momento, plenamente realizada e evidenciada. A visita ao Brasil do Presidente do Conselho Presidencial da Hungria constitui a manifestação mais clara e do mais alto nível da atenção privilegiada que ambos os Governos dedicam à expansão das relações bilaterais e do desejo de que estas possam atingir patamares mais elevados e condizentes com o grau de desenvolvimento de nossos países.

No contexto desta honrosa visita, os documentos que ora acabamos de firmar demonstram a intenção de permitir e apoiar a diversificação e o crescimento de nosso intercâmbio comercial e o início de cooperação frutífera nas áreas de ciência e tecnologia.

Dispomos, agora, de arcabouço apropriado ao trabalho que almejamos empreender em prol do estreitamento das relações entre o Brasil e a Hungria. Estou seguro de que inauguramos, assim, nova fase em nosso relacionamento, em que, com base nos interesses comuns e

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

no melhor aproveitamento do potencial económico de cada pats, lograremos implementar operações conjuntas que contribuam para o fortalecimento das relações bilaterais, para o progresso de nossos países e para o bem-estar de nossos povos.

protocolo de intenções brasil-hungria

Protocolo de Intenções firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Hungria, no Itamaraty, no dia 17 de novembro de 1987.

Durante as conversações mantidas entre o Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria, por ocasião da visita oficial do Chefe de Estado Húngaro ao Brasil, as duas Altas Autoridades atribuíram grande importância ao desenvolvimento das relações económicas entre os dois países.

2. Dando seguimento às conversações mantidas pelos dois Presidentes, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Doutor Roberto de Abreu Sodré, e o Ministro do Comércio Exterior da Hungria, Senhor Péter Veress, reuniram-se com o objetivo de passar em revista o quadro atual das relações económicas bilaterais e as possibilidades concretas de intensificá-las.

3. As Partes concordaram em que o desenvolvimento harmonioso do intercâmbio bilateral deve ser buscado através da intensificação de operações mutuamente vantajosas. Em tal sentido, estiveram de acordo em que os respectivos fluxos de comércio devem situar-se em nível mais equilibrado, bem como em que devem ser diversificadas as respectivas pautas de produtos, de forma que a sejam incluídos produtos de maior valor agregado nos dois sentidos do intercâmbio.

4. Concordaram os dois Ministros em que existem possibilidades concretas de atingir os objetivos mencionados. Em tal sentido, o Ministro húngaro assinalou que empresas de seu país estão participando de importantes projetos brasileiros do ponto de vista económico e social, já tendo sido assinados contratos entre tais empresas e congéneres privadas e órgãos governamentais brasileiros. A respeito, a autoridade húngara assinalou que os equipamentos hospitalares fabricados pela empresa MEDICOR, os aparelhos dldáticos da empresa METRIMPEX, os sistemas de produção agrícola desenvolvidos pela AGROBER e o sistema de administração hidrológica da HYDROEXPORT são bem conhecidos no mercado brasileiro.

5. A Parte húngara adiantou que, caso possa incrementar de forma dinâmica suas exportações ao mercado brasileiro, está disposta, dentro do regime de sua política de importações, a manter um volume significativo de importações tradicionais feitas ao Brasil (café, cacau, matérias-primas para a indústria têxtil) e considera possível diversificar a pauta de produtos importados do Brasil, de forma a incluir itens não tradicionais como, por exemplo, produtos da área de informática, da indústria de veículos e calçados.

6. A Parte brasileira acolheu com satisfação a manifestação húngara e indicou que serão envidados esforços para que os fluxos de intercâmbio se intensifiquem, alcançando novos patamares de valor, respeitadas as disposições vigentes sobre a proteção à produção similar nacional.

7. A Parte húngara solicitou o apoio da Parte brasileira para a consecução de certas operações que trouxe ao conhecimento desta. A Parte brasileira indicou que os órgãos competentes do Governo brasileiro serão contactados a respeito.

8. As Partes manifestaram a disposição de estabelecer um grupo de trabalho bilateral com o objetivo de solucionar problemas, eventualmente surgidos, na execução das operações comerciais.

9. As duas Partes sublinharam a importância das atividades que vêm sendo mantidas, nos dois sentidos, no campo da promoção comercial. Em tal contexto, destacaram a participa-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

ção do Brasil nas recentes edições da Feira Internacional de Budapeste de Outono, bem como a realização, com êxito, da Semana Económica da Hungria, em outubro de 1987, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Falou-se, também, a respeito das relações entre as Câmaras de Comércio nos dois países e sobre a visita da Delegação da Câmara de Comércio da Hungria ao Brasil em 1986.

10. As duas Partes concordaram em que o Acordo Básico sobre Cooperação Científica e Tecnológica e o Acordo para Evitar a Dupla Tributação de Renda, ambos firmados em 1986, constituem importantes instrumentos que permitirão intensificar a cooperação industrial e tecnológica e propiciar a implantação de projetos conjuntos de produção. Em tal sentido, as Partes concordaram em que a aglilização do processo de ratificação daqueles instrumentos contribuirá para a dinamização das relações económicas bilaterais.

O presente Protocolo de Intenções foi feito em Brasília, aos 17 dias do mês de novembro de 1987, em dois exemplares nas línguas portuguesa e húngara.

Roberto de Abreu Sodró
Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Póter Veress
Pelo Governo da República Popular da Hungria

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

presidentes latino-americanos se reúnem em acapulco

Discurso do Presidenta José Sarney na sessão pública de abertura da Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertaçfio Política, em Acapulco, México, em 27 de novembro de 1987.

Senhor Presidente dos Estados Unidos Mexicanos,
Meu prezado amigo Miguel de Ia Madrid,

Meus prezados amigos, Presidentes
Raul Alfonsin
Virgílio Barco
Eric Arturo dei Valle
Alan Garcia
Júlio Maria Sanguinetti e
Jayme Lusinchi.

É com imensa satisfação que, como Presidente do Brasil, vejo meu país integrado na reflexão profunda dos problemas da América Latina que hoje nos reúne, nesta cidade de Acapulco, expressão maior da hospitalidade, da beleza e do progresso do México.

São ventos novos que sopram no nosso Continente.

Os ventos da independência. Os ventos da autonomia, do pleno exercício de nossas políticas externas sem os grilhões das grandes potências nem a limitação menor dos pequenos conflitos.

Este vento é História.

Pela primeira vez nos reunimos sem a convocação de uma grande potência. Vamos discutir o destino de uma parte importante do mundo, as nossas perplexidades, as nossas esperanças, os nossos abismos. Vamos identificar os dragões do nosso atraso e de nossas frustrações.

Vivemos tempos difíceis.

São tempos de crise.

O grande enigma da América Latina permanece indecifrado: Como explicar a persistência de uma pobreza avassaladora em meio a uma extraordinária abundância potencial de recursos?

Damo-nos conta, não sem um sentido amargo, de que o quadro de atraso e dependência prevalecente no continente permanece como um dasafio à imaginação e à capacidade de nossas lideranças políticas e intelectuais.

Estamos longe de cumprir com as legítimas expectativas de nossos povos. E o que é mais dramático, apesar de todos os progressos que pudemos alcançar em diversas áreas: estamos hoje comparativamente em situação inferior à em que nos encontrávamos no início do século.

Quase todos os países latino-americanos de maior potencial tinham, no final da Segunda Guerra Mundial, renda **per capita** muito superiores às da Coreia do Sul e de Taiwan. Alguns estavam mesmo à frente de países como a Finlândia, a Áustria, a Itália e a Espanha.

A maior parte dos países latino-americanos ultrapassava Grécia, Portugal e a Turquia. Até 1960, diversos países latino-americanos estavam à frente ou empatados com o Japão.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Hoje, estes países, com os quais nos campa**rávamos favoravelmente** há poucos **anos, revelam taxas** notáveis de crescimento. A América .Latina, porem, regrediu. A renda **per capita** média da região mal supera o nível de 1975.

Cada um de nós assiste, no desenrolar às vezes angustiante de nosso cotidiano, aos efeitos perversos de uma situação internacional para cujo desenho não contribuímos, mas que **se** abate sobre nós.

Carente de recursos para sustentar o seu desenvolvimento e propiciar condições de vida condignas a suas populações, a América Latina é ainda assim transformada em exportadora líquida de capitais. Pregam-nos ajustes que os países desenvolvidos não parecem dispostos a empreender em suas próprias economias

Não queremos transferir responsabilidades. Temos dado repetidas demonstrações de maturidade, de equilíbrio no encaminhamento dos compromissos que assumimos e que não repudiamos. Toma-se, entretanto, indispensável que a situação da região seja hoje percebida e encarada em sua complexa totalidade; em suas dimensões política, económica e financeira, que compõem um conjunto indissociável.

A América Latina precisa crescer. Esta é uma imposição histórica. Nenhum governante que responda à vontade popular dela pode afastar-se. Aqui estamos para reafirmar que dela não nos afastaremos.

Tampouco nos afastaremos da determinação de participar plenamente das grandes decisões internacionais em matéria política e de segurança. Vemos com apreensão a tentativa de reeditar arranjos internacionais predicados no poder e fundados na preeminência dos interesses estratégicos das grandes potências.

Não podemos aceitar que se tente desacreditar e desvirtuar o sentido democrático e partic ipativo do sistema multilateral.

Para que estejamos em condições de responder adequadamente **a este** desafio, **o** essencial é que comecemos a trabalhar entre nós, que criemos as condições para que a nossa vontade política se traduza efetivamente em mudanças concretas e fundamentais em nossa região.

Buscamos soluções comuns para os problemas que nos são comuns. Nossas sociedades partilham um legado inestimável. Somos pluralistas, tolerantes e profundamente abertos ao diálogo. Valorizamos o que é nosso, o que é autenticamente latino-americano, sem, no entanto, repudiar o que vem de fora. Somos a fusão de muitos povos, de muitas culturas. Somos o novo que nasce das mais antigas tradições.

A conciliação, a busca do compromisso e do entendimento é parte de nossa maneira de ser. Porém não somos conformistas. Acreditamos na nossa força, na nossa capacidade de moldar o destino em função da visão que fazemos do mundo e de nosso papel histórico.

Tudo nos conduz a identificar caminhos que possamos percorrer juntos.

É indicativo do espírito de paz e de concórdia predominante em nossa região o apoio decidido que gerou a iniciativa de declarar o Atlântico Sul zona de paz e de cooperação. Esta é hoje uma causa de toda a América Latina e que acentua os vínculos de toda ordem que nos unem às nações-irmãs do continente africano.

Da experiência enriquecedora dos Grupos de Contadora e de Apoio foi que nasceu este nosso Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política. Foi com esse mesmo espírito de composição e de empenho político que os Chefes de Estado dos cinco países centrc-americanos se inspiraram para concluir o histórico Acordo de Esquipulas II.

Senhores Presidentes,

A América Latina não pode ser um território nem uma sombra de confronto. Não podemos ser instrumentos de manobras.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

A América Latina não pode ser devorada pela incapacidade de vencer a inflação que é uma constante em nossa economias.

A América Latina não pode ser uma reserva de mercado para um mundo de tecnologias desenvolvidas e uma região condenada à colonização científica e cultural.

O mundo do futuro será dividido entre os que produzirão tecnologia e os que se limitarão a consumi-la Se nos unirmos - se viermos a implantar mecanismos eficazes de cooperação para a pesquisa e a produção científica e tecnológica - , teremos condições de resolver por nós mesmos os problemas crescentemente complexos que caracterizam a sociedade contemporânea Se não, teremos de nos resignar à dependência e ao atraso.

A América Latina não pode ser o continente da retórica do pessimismo, do lamento. Da busca das revoluções impossíveis. Dos messias postergados. Da revolta da censura, da tristeza.

A América Latina tem de ter a consciência da saída De suas potencialidades, de sua soberania de sua presença no futuro.

Onde está esse caminho?

A integração. Na economia dos conjuntos. Na superação dos conflitos locais. Na unidade.

O Brasil junta-se a esse esforço. O Brasil volta-se para seus vizinhos. O Brasil dá as mãos a seus irmãos e deseja crescer com eles.

Temos um direito no mundo. O direito de progredir. De todos progredirmos, sem discriminação, sem exclusões fundadas em ressentimentos históricos ou ideológicos. Devemos chamar todas as nações americanas a um convívio fraterno.

Acabou a era de esperar de fora a ajuda salvadora. Não existe vontade política dos países industrializados para retirar a América Latina de seu trágico atraso. Teremos de lutar com nossas próprias forças.

A dívida, o abandono, o baixo preço das matérias-primas, os juros, as sanções, as retaliações, tudo nos indica que não devemos ter ilusões.

Devemos ter a consciência da realidade dos nossos tempos.

Tudos nos aponta a direção. A História nos chamou para essas responsabilidades: a integração e a cooperação.

Esta é uma reunião histórica É a primeira.

Vamos para o mercado comum com realismo, para não criar frustrações. Mas com decisão.

Vamos para a defesa de nossas riquezas e interesses.

Vamos para a unidade.

Se formos capazes de plantar estas sementes, o futuro será nosso.

Que seja o lema do nosso encontro: Sair das palavras, desencadear as ações.

Termino com versos de Octávio Paz. A transfiguração das palavras, pelo milagre da poesia

Aparece.
Ayúdame a existir
Ayúdate a existir.
Oh, inexistente por la que existo
Oh, presentida que me presiente
Soñada que me sueña
Aparecida desvanecida
Ven, vuela, adviene, despierta
Rompe diques, avanza.

compromisso de acapulco

Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia.

Os Chefes de Estado dos Países-Membros do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política: Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela, reunidos em Acapulco, México, dialogamos nesta cidade, com o objetivo de examinar os

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

grandes desafios políticos e económicos que nossos países enfrentam, e de buscar, com base nas afinidades fundamentais que nos unem, respostas que atendam às aspirações e legítimas necessidades de progresso e bem-estar de nossos povos.

1. O critério diretor de nossos trabalhos partiu da coincidência essencial de que é imperativo aprofundar a concertação política entre nossos Governos, a partir da alentadora experiência do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertacão Política e de seu antecedente imediato, a ação dos Grupos de Contadora e de Apoio. Anima-nos decididamente o reconhecimento de uma comunidade de interesses, de uma mesma vocação de democracia com desenvolvimento, de justiça e independência e de um sentimento compartilhado de solidariedade com todos os povos de nossa região: a América Latina e o Caribe. Esta ampla convergência de interesses nos levou a concluir que o Mecanismo Permanente oferece a oportunidade e o âmbito adequados para que nos reunamos com periodicidade anual.

2. A negociação internacional requer a conformação de um poder conjunto de influência e decisão. Em conseqüência, somente uma maior identidade e uma melhor articulação de interesses da América Latina e do Caribe reduzirão a vulnerabilidade da região frente a fatores externos. Este propósito responde ao avanço histórico de nossos povos, bem como a um conceito de responsabilidade compartilhada na solução dos problemas que afetam a comunidade internacional.

3. Instamos os Chefes de Estado dos países industrializados a um diálogo político que permita superar os obstáculos ao desenvolvimento, à reordenação da economia mundial e à tomada de decisões em matéria de paz e segurança.

4. Imbuídos do ideal de unidade e democracia de nossos povos, convidamos fraternalmente os governantes da América Latina e do Caribe a assumir, juntamente conosco, um compromisso renovado de integração e cooperação para o desenvolvimento, que conduza a uma autêntica comunidade de todas nossas nações.

5. Nossos povos manifestam hoje uma clara consciência da magnitude e da natureza dos desafios que enfrentam nos seus países, bem como no processo de sua inserção no cenário internacional. Coincidimos, assim, quanto ao imperativo histórico de construir um projeto comum de desenvolvimento baseado em nossas próprias iniciativas e capacidades, bem como na vontade de impulsionar o processo de integração regional, o fortalecimento da identidade cultural e uma presença mais efetiva de nossos países nas relações internacionais.

6. É necessário traduzir em fatos a força da nossa solidariedade. Por isso, os Oito Chefes de Estado, reunidos em Acapulco, coincidimos no propósito de contribuir para a definição de um projeto de desenvolvimento da América Latina e do Caribe, forjado na concertacão e na integração para a paz, a segurança, a democracia e o bem-estar social. Exigem-no as legítimas aspirações de progresso de nossos povos.

7. Ao analisar a evolução do mundo contemporâneo, concentramos a atenção naqueles acontecimentos políticos e económicos que influem sobre a viabilidade de nosso desenvolvimento, e sobre os quais nossos Governos devem exercer uma maior influência.

8. As tensões entre as Superpotências nutrem um arsenal nuclear que ameaça a segurança de todos os países e a própria vida no planeta, e continuam ocasionando o desvio de vultosos recursos financeiros, científicos e tecnológicos para o armamentismo, ao invés de destiná-los ao desenvolvimento. Tal fenómeno dá origem a desequilíbrios e desajustes no sistema económico internacional, intensifica a competição política, estratégica e ideológica entre os blocos de poder, exacerba conflitos regionais e transfere tensões aos países em desenvolvimento, afetando suas possibilidades de progredir com paz e estabilidade e, em alguns casos, sua capacidade de autodeterminação.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

9. Observamos com agrado os avanços nas negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética para lograr acordos em matéria de eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcance. Não obstante, tais esforços se realizam à margem do sistema multilateral e, em especial, da Conferência do Desarmamento de Genebra Portanto, deverão se complementar com um reforço dos mecanismos multilaterais previstos na Carta das Nações Unidas, com vistas à efetiva participação de toda a comunidade internacional na segurança, na preservação da paz e na cooperação. É urgente que esses acordos se traduzam também na redução dos gastos militares e do armamentismo em outras esferas, bem como na cessação das tensões que vêm tendo efeitos tão devastadores nos conflitos regionais, respeitando-se plenamente a autodeterminação e os interesses dos países envolvidos.

10. As correntes financeiras transnacionais entre os principais países industrializados expandiram-se a ponto de incidir, de maneira decisiva, sobre todas as facetas da vida económica. Unida aos desequilíbrios que prevalecem entre esses mesmos países, por falta dè um ajuste responsável que simultaneamente promova o crescimento mundial, a instabilidade de tais correntes financeiras ficou demonstrada com a recente queda das cotações nas principais bolsas de valores do mundo. Estes acontecimentos revelam que, num clima de crescente incerteza, aumentam as possibilidades de uma recessão internacional, afetando o desenvolvimento e o bem-estar dos povos de todo o mundo. Ao mesmo tempo, não se conta com uma ação multilateral que permita uma efetiva coordenação de políticas, da qual participem os países em desenvolvimento, com a finalidade de revitalizar a economia e o comércio mundial.

11. Os desajustes no sistema económico internacional vêm afetando profundamente nossas economias e constituem fonte de instabilidade e recessão. Durante a presente década, enfrentamos um retrocesso na cooperação económica internacional. O problema da dívida externa, a transferência maciça de recursos financeiros ao exterior, a elevação extraordinária das taxas de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio e a proliferação do protecionismo levaram a uma redução dos níveis de vida e das possibilidades de desenvolvimento autónomo de nossos países.

12. A crise económica atenta contra a democracia na região, porque esteriliza os legítimos esforços de nossos povos em melhorar seus níveis de vida. Ademais, resulta contraditório que aqueles que fazem apelos em prol da democracia imponham, nas relações económicas mundiais, esquemas de condicionalidade e ajuste que comprometem essa mesma democracia e que não são aplicados na correção de seus próprios desequilíbrios.

13. A crise económica da região se manifesta, de maneira quase generalizada, na deterioração simultânea e persistente da produção e da poupança, bem como na queda do ingresso real. Em momentos em que é necessário elevar os investimentos, como parte do processo de adaptação às transformações da economia internacional, os países de nossa região, em seu conjunto, se vêem forçados a remeter proporções insustentáveis de suas poupanças ao exterior, como serviço da dívida externa.

14. Nos países da região, os efeitos sociais da crise se exprimem também pela contração dos gastos públicos em educação, saúde, moradia, infra-estrutura e serviços. A capacidade de manobra da política económica e social foi cerceada, e, não obstante os esforços envidados para manter programas ou serviços que beneficiem os grupos menos favorecidos, aumentou a pobreza, ao mesmo tempo em que as oportunidades de trabalho e progresso diminuíram.

15. O controle oligopolístico das tecnologias avançadas gerou uma nova divisão internacional dè trabalho que restringe a difusão do desenvolvimento tecnológico e provoca a perda de competitividade de nossos produtos no mercado internacional, sobretudo com a crescente substituição das principais matérias-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

primas. Essa nova divisão internacional do trabalho reforça a exclusão dos países em desenvolvimento da estrutura produtiva e dos centros de decisão internacional e cria novas modalidades de dependência e assimetria.

16. Consciente de sua responsabilidade primordial no que diz respeito ao seu próprio processo de desenvolvimento, a região tem realizado esforços extraordinários no sentido de ajustar a reordenar as economias, ao mesmo tempo em que se têm induzido mudanças estruturais com vistas a modernizar seus sistemas produtivos. Mesmo assim, a autodisciplina resultou insuficiente. Toma-se evidente que nenhum programa económico duradouro será compatível com o objetivo de um crescimento sustentado, se não se reverter a transferência maciça de recursos financeiros ao exterior, limitando-se o serviço da dívida à capacidade real de pagamento de cada país. Além disso, é necessário superar o contexto económico externo desfavorável, através de uma ação concertada da comunidade internacional.

17. Na área do comércio internacional, os obstáculos enfrentados por nossos países são agravados pelo recurso a decisões unilaterais que ferem frontalmente as normas consagradas no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT. Além de buscar unicamente a satisfação de estreitos interesses nacionais, através de medidas coercitivas e discriminatórias entre signatários do Acordo Geral, tais decisões atentam diretamente contra o direito internacional e questionam a própria sobrevivência das regras do sistema comercial multilateral e, especialmente, de seus mecanismos fundamentais para a solução de controvérsias.

18. A crise dos mecanismos de cooperação internacional contribui para gerar instabilidade na economia mundial. Uma manifestação evidente desse fenómeno é o debilitamento do multilateralismo. Os organismos internacionais deixaram de receber apoio de alguns países desenvolvidos, atentando-se assim contra a conformação de um sistema de relações entre Estados que se sustente sobre as normas do direito internacional, a eqüidade e a justiça.

19. Este grave panorama repercute também negativamente nas esferas cultural e educativa, cuja importância para a paz, a democracia, a integração e o desenvolvimento de nossa região nem sempre é cabalmente reconhecida. Dispomo-nos, portanto, a defender o património e a criação cultural, concebidos como a expressão genuína dos nossos povos, do mesmo modo que nos comprometemos a fortalecer a educação, que constitui uçm direito fundamental de nossas sociedades.

20. No contexto delineado, os oito Presidentes identificamos os principais desafios que nossos países devem enfrentar em seu esforço de concertação e desenvolvimento , para avançar em um projeto político viável:

- A preservação da paz e a segurança da região.
- A consolidação da democracia e do respeito aos direitos humanos.
- A recuperação da capacidade de nossas sociedades para gerar um desenvolvimento sustentado e autónomo.
- A solução do problema da dívida externa.
- O estabelecimento de um sistema comercial internacional justo, aberto e livre de protecionismos.
- O impulso ao processo de integração entre os nosso países e com toda a Amércia Latina e o Caribe.
- A participação mais efetiva de nossos países na economia internacional.
- O desenvolvimento autónomo e acelerado da ciência e da tecnologia.
- O fortalecimento da capacidade de negociação dos oito Governos e da região em seu conjunto.
- A reafirmação da identidade cultural da região e o intercâmbio de experiências educativas.

21. Com o propósito de aprofundar as ações em favor do desenvolvimento com democracia, justiça e independência, consideramos necessário afirmar o conceito de que a segurança de nossa região deve atender tanto aos aspectos da paz e da estabilidade, como aos concernentes à vulnerabilidade política, económica e financeira. Nesse sentido, comprometemo-nos a concertar ações para:

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

- Estimular iniciativas em favor do desarmamento e da segurança internacionais
- Alentar a confiança recíproca e soluções próprias para os problemas e conflitos que afetam a região
- Contribuir, através da cooperação e da consulta, para a defesa, o fortalecimento e a consolidação das instituições democráticas
- Impulsionar e ampliar o diálogo político com outros Estados e grupos de Estados, dentro e fora da região
- Concertar posições com o objetivo de fortalecer o multilateralismo e a democratização na adoção das decisões internacionais
- Promover o estabelcimento de zonas de paz e cooperação
- Fomentar os processos de integração e cooperação para fortalecer a autonomia da região
- Empreender uma luta ativa e coordenada para erradicar a pobreza absoluta
- Reforçar a cooperação contra o narcotráfico bem como contra o terrorismo.

22. A paz em nossa região está profundamente ligada aos princípios da autodeterminação dos povos, da não-intervenção em assuntos internos dos Estados, da solução pacífica das controvérsias, da proscrição da ameaça ou do uso da força, da igualdade jurídica entre os Estados e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

23. A ação dos Grupos de Contadora e de Apoio constitui uma experiência sem precedentes de concertação latino-americana em matéria de paz e segurança regionais, que contribuiu decisivamente para a celebração do acordo alcançado na Guatemala pelos cinco Presidentes centro-americanos. Esquipulas-ll é a expressão soberana da vontade política dos países centro-americanos para solucionar os conflitos por meio do diálogo, fora da confrontação Leste-Oeste e respeitando os interesses legítimos de todos os Estados. Deram-se importantes passos no processo de cumprimento dos compromissos assumidos, o qual tem avançado promissoramente e deve continuar a receber o mais amplo respaldo da comunidade intemacional.

24. Expressamos nosso reconhecimento aos Governos e setores envolvidos das sociedades centro-americanas por esses importantes êxitos, que abrem um caminho de esperança para o objetivo compartido de alcançar uma paz estável e a democracia na região. Em particular, destacamos os progresso já realizados em matéria de reconciliação nacional, de anistia, de restabelecimento de liberdades fundamentais e de constituição de um Parlamento Centro-Americano.

25. Estamos plenamente conscientes das enormes dificuldades para o cumprimento integral e detalhado dos acordos de Esquipulas, mas os progressos já realizados nos animam a formular enfática exortação a que se continue avançando simultaneamente em todos os compromissos assumidos.

26. Continuaremos impulsionando, ativa e solidariamente, o processo de negociação diplomática em seu conjunto. Afirmamos particularmente a responsabilidade de nossos Governos na Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento.

27. Formulamos um apelo aos Governos com interesses e vínculos na região para que contribuam genuinamente para esse processo e respeitem os princípios de não-intervenção e autodeterminação, os quais são fundamentais para a convivência harmónica entre os Estados centro-americanos.

28. O processo de negociação em curso deve ser acompanhado por uma melhora da situação económica e social dos países da área. Por isso, acordamos apoiar a implementação de um programa intemacional de emergência de cooperação económica para os países centro-americanos, que compreenda medidas para a reconstrução de suas economias. As diretrizes principais para a nossa participação nesse programa compreenderiam, entre outras:

I) Medidas para estimular o comércio intra-regional centro-americano e concessão de facilidades para o acesso de exportações desta área ao mercado de nossos países.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net)

II) Fortalecimento da cooperação financeira entre nossos países e os centro-americanos, incluindo-se o aporte de recursos aos seus organismos financeiros, como o Banco Centro-Americano de Integração Económica.

III) Apoio aos esforços para revitalizar o esquema de integração centro-americana.

IV) **Projetos** específicos nas **áreas** de assistência alimentar **de** emergência, identificação **e** execução de projetos agropecuários e agro-industríais, bem como de treinamento de recursos humanos. Da mesma forma, propor-se-á **ao** Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados um programa integral de emergência para refugiados e desalojados da região.

29. Dos esforços acima, deverão participar todos os países comprometidos com a paz e o desenvolvimento, bem como as instituições de integração centro-americana, as regionais e os organismos económicos internacionais.

30. Reafirmamos, mais uma vez, que a paz e a estabilidade na América Central são questões prioritárias para os nossos Governos. Estão em jogo não só a consolidação da democracia e o desenvolvimento com autodeterminação dos povos centro-americanos, mas também os interesses nacionais de nossos países.

31. Consideramos que o fiel cumprimento dos Tratados do Canal do Panamá, de 1977, que incluem a entrega desse Canal ao exclusivo controle panamenho, é de primordial importância para a preservação da paz e da segurança na região.

32. Reiteramos, ademais, nosso respaldo aos legítimos direitos de soberania da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas, e expressamos a necessidade de alcançar-se uma pronta solução para a disputa, mediante negociações entre as partes.

33. Registramos a transcendência que terá a Declaração da Zona de Paz **e** Cooperação **do** Atlântico Sul, aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, para a aproximação dos **povos** latino-americanos e africanos. Reafirmamos a necessidade de evitar a **introdução** de armas nucleares na região, e de resguardá-la das tensões inerentes **à** confrontação **entre** os blocos militares. Encorajamos a criação **de** mecanismos similares no Pacífico Sul **e** em outras zonas da região.

34. Reiteramos nossa decisão de prosseguir, individual e coletivamente, na luta contra o narcotráfico, em suas diversas manifestações. Ao mesmo tempo, salientamos que este objetivo não poderá ser alcançado, sem a ação concertada de todos os Estados, especialmente a dos países industrializados, onde se localizam os maiores centros de consumo.

35. Apoiamos o projeto e a execução de um plano regional que promova uma ação coordenada de nossos países para erradicar a pobreza absoluta. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso de continuar impulsionando medidas para melhorar a qualidade de vida dos setores mais desvalidos.

36. O Parlamento Latino-Americano, cujo tratado de institucionalização foi recentemente subscrito por nossos Governos e pelos de outros dez países da América Latina e do Caribe, constitui uma contribuição significativa em prol da solidariedade e da concertação entre os latino-americanos. Tal iniciativa foi respaldada por nossos oito Governos, com a convicção de que haverá de traduzir-se num meio efetivo para fortalecer a democracia e impulsionar a integração na região.

37. A retomada de um crescimento económico sustentado, a melhoria do nível de vida de nossos povos e o fortalecimento dos processos democráticos na área requerem uma solução justa e permanente para o problema da dívida externa, bem como medidas inadiáveis para diminuir o peso do serviço da mesma. Para isto, é necessário superar a incerteza derivada da instabilidade económica internacional e reverter as transferências líquidas de recursos ao exterior, inclusive as resultantes da deterioração dos termos de intercâmbio.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

38. Os resultados até agora alcançados são insuficientes. Mesmo assim, logrou-se um reconhecimento crescente de que qualquer solução viável deve incorporar, como condição necessária, o crescimento sustentado dos países devedores; de que o serviço da dívida deve ajustar-se à capacidade de pagamento de cada país; da natureza política do problema; da co-responsabilidade entre devedores e credores nesta matéria, bem como da necessidade de se estabelecerem fórmulas de contingência que atenuem o impacto negativo de fatores externos alheios ao controle dos países devedores.

39. Até o presente, as negociações não têm refletido estes princípios. Representam somente paliativos temporários e não constituem uma solução permanente para o problema, já que o peso da dívida aumentou. Os processos de negociação são recorrentes, demasiado longos e complexos, com o que se gera a incerteza na formulação de políticas de desenvolvimento de longo prazo e se inibem as decisões sobre investimentos e as correntes autónomas de financiamento.

40. Para avançar em direção a uma solução definitiva do problema, portanto, é necessário que aqueles princípios amplamente reconhecidos se traduzam em ações concretas e esforços de todas as partes envolvidas, em um contexto de co-responsabilidade e eqüidade.

41. Para enfrentar os aspectos mais imediatos do problema e frente à impossibilidade de atender ao serviço da dívida acima da capacidade de pagamento dos países devedores, ajustando esse serviço às necessidades do seu desenvolvimento, decidimos orientar nossas ações nas negociações de conformidade com as seguintes pautas:

I) assegurar créditos suficientes e em termos adequados dos bancos comerciais, que permitam continuar os programas de desenvolvimento e limitem a transferência líquida de recursos e financiem uma proporção apropriada dos juros ou outros compromissos com tais bancos. Sem este financiamento, o serviço regular da dívida não é possível; e

II) estabelecer limites à taxa de juros, conforme modalidades decididas entre as Partes e a fim de contribuir para uma maior certeza e para a continuidade dos programas de desenvolvimento e para a previsibilidade da gestão económica.

42. Para avançar na busca de uma solução permanente para o problema, decidimos instruir nossos Ministros no sentido de que,com brevidade, entabulem negociações com os Governos dos países industrializados, os organismos financeiros internacionais ou os bancos comerciais, conforme o caso, a fim de:

I) criar mecanismos que permitam que nossos países se beneficiem dos descontos do valor das respectivas dívidas no mercado, com a conseqüente redução do seu serviço;

II) impulsionar a ampliação de mecanismos que compensem flutuações transitórias fora do controle dos países devedores, como é o caso das taxas de juros. Estes mecanismos não devem estar sujeitos a nenhuma condicionalidade;

III) coordenar esforços com o propósito de ampliar a base de recursos dos organismos financeiros internacionais e de promover novas políticas por parte de tais organismos, que assegurem fluxos líquidos adequados aos países em desenvolvimento. Em particular
- rever as políticas do FMI, de modo a assegurar um ajuste com crescimento;
- estimular um papel ativo do Banco Mundial, congruente com sua natureza de banco de desenvolvimento, na formulação de mecanismos novos que contribuam para a solução do problema da dívida, entre os quais deve incluir-se o uso de sua capacidade de outorgar garantias;
- manter o caráter multilateral do Banco Interamericano de Desenvolvimento na tomada de decisões, e assegurar que disponha dos recursos que lhe permitam ser um contribuinte líquido ao financiamento externo da região;

IV) desvincular a concessão e desembolso de créditos dos bancos comerciais dos acordos com o FMI e com o Banco Mundial;

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

V) objetar às condicionalidades cruzadas nos programas financeiros com os organismos multilaterais, e ao estabelecimento de condições prévias nas negociações do Clube de Paris;

VI) pleitear, junto aos Governos dos países credores, a adoção de fórmulas de alívio da dívida contraída junto a seus organismos oficiais de crédito a exportação, a fim de evitar que se gerem fluxos líquidos negativos da parte de nossos países. Adicionalmente, promover uma flexibilização das normas e regulamentos aplicáveis, que torne possível adotar soluções inovadoras para o problema do endividamento externo;

VII) apoiar os países de menor desenvolvimento relativo da região na obtenção de condições especialmente favoráveis na negociação de suas dívidas externas, em acréscimo àquelas que sejam estabelecidas pelos países latino-americanos; e

VIII) assegurar no âmbito da Rodada Uruguai a vinculação entre o pagamento das obrigações financeiras e o acesso das exportações dos países devedores ao mercado internacional.

43. Estas negociações serão realizadas no âmbito de uma coordenação e consulta permanentes entre nossos Governos. Caso os avanços pretendidos não se concretizem oportunamente, alguns países, à luz de suas próprias circunstâncias, poderão ver-se obrigados a tomar medidas unilaterais para limitar o serviço de sua dívida, de maneira congruente com suas necessidades de desenvolvimento. Nesse sentido, expressamos nossa solidariedade para com os países que, no exercício de sua soberania, tomam medidas para limitar o serviço de sua dívida à sua capacidade de pagamento.

44. Acordamos fortalecer os procedimentos permanentes de consulta e concertação para coordenar nossas posições nas negociações comerciais internacionais da Rodada Uruguai. Propomo-nos a somar esforços para assegurar o cumprimento dos compromissos que foram subscritos pelos países industrializados na Declaração de Punta dei Este, particularmente os referentes à eliminação de barreiras proteclonistas e de subsídios agrícolas. Pretendemos igualmente que as negociações da Rodada contribuam para solucionar os problemas monetários e de financiamento ao desenvolvimento. Decidimos, ainda, fortalecer nossa concertação para que os resultados das negociações sobre serviços, propriedade intelectual e investimentos relacionados ao comércio não atentem contra o desenvolvimento autónomo dos setores produtivos de nossos países. Reiteramos que o princípio de tratamento especial mais favorável aos países em desenvolvimento deve ser reforçado.

45. Comprometemo-nos a atuar conjuntamente para combater decisões unilaterais baseadas em leis internas ou em políticas de força, e a lutar para que um sistema comercial internacional fortalecido faça cumprir suas normas e princípios, como condição mesma da segurança económica e da soberania de nossos países. Objetamos, igualmente, à exigência de concessões comerciais unilaterais por parte dos países da área como condição para obtenção de financiamento externo.

46. A integração regional é um compromisso político de capital importância para nossos países, e um instrumento de mudança e modernização que deve engajar a ativa participação de todos os agentes económicos e sociais.

47. Temos uma clara consciência da urgente necessidade de fortalecer a integração e a cooperação regionais. Para tanto, estamos decididos a que formem parte de nossos projetos políticos nacionais. A integração constitui o instrumento indispensável para garantir a participação mais efetiva da região nas relações internacionais, ampliando sua capacidade de negociação frente a terceiros.

48. Assumimos o compromisso de reforçar os processos de integração de que participam nossos países, e de apoiar outros que se realizam na região. Dedicaremos atenção especial a mecanismos de cooperação e integra-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

ção entre nossos países, orientados para resolver e atender às necessidades sociais básicas de nossos povos. Da mesma forma, decidimos aprofundar as iniciativas de cooperação entre nossos países, e ampliar e diversificar nosso comércio recíproco, incluindo a substituição de importações extra-regionais. É igualmente necessário aproveitar as potencialidades de complementação económica. Para essas finalidades, procuraremos adequar os mecanismos de financiamento e de pagamentos que apoiem a integração regional.

49. O conjunto dessas medidas favorecerá o estabelecimento gradual e progressivo de um espaço económico ampliado na região, e terá como objetivo final convergir para um mercado comum latino-americano.

50. Da mesma forma, reconhecemos a necessidade de contribuir para o melhor funcionamento dos organismos latino-americanos de cooperação e integração, bem como para sua coordenação mais eficiente, com uma clara definição dos seus campos operacionais.

51. Por outro lado, reconhecemos a conveniência de que os países latino-americanos encontrem, mediante a cooperação, soluções para o problema da dívida intra-regional. Ademais, atribuimos importância à implementação do programa latino-americano de assistência técnica e intercâmbio de informação em matéria de dívida externa aprovado pelo Consenso de Cartagena.

52. Acordamos impulsionar um programa de associação e cooperação em ciência e tecnologia, que some as capacidades nacionais públicas e privadas, com vistas à disposição autónoma de tecnologias em áreas prioritárias, em particular as de tecnologias avançadas.

53. Este programa compreenderá ações conjuntas que, dentre outras, darão ênfase à importância da formação de recursos humanos; da articulação de redes nacionais de informação científica e tecnológica; da utilização plena e coordenada dos programas dos organismos internacionais e da formulação de projetos conjuntos de cooperação.

54. Reconhecemos em nosso património cultural um elemento Irrenunciável da personalidade da América Latina, que permite que nos vinculemos às complexas realidades do mundo moderno, conservando nossas raízes históricas. Esse património permitirá, ademais, fortalecer a democracia como sistema de vida e de valores próprios. Assumimos também o compromisso de buscar que a integração impulsione o desenvolvimento global e a modernização de nossas sociedades.

55. Considerando o papel vital de nossas sociedades na promoção da cultura, esforçar-nos-emos para que se adotem legislações nacionais tendentes a estimular a produção de bens culturais, mobilizando os setores produtivos para que apliquem recursos nessa área, para propiciar um maior conhecimento entre nossos povos e intensificar o intercâmbio cultural e educacional.

56. Conviemos, no campo educativo, em fomentar os intercâmbios de nossas experiências em matéria de alfabetização e nos distintos níveis de ensino, bem como incrementar as experiências conjuntas em áreas como a pesquisa, a formação de recursos humanos e a produção editorial.

57. Conscientes da importância de aproximação cultural e educativa como instrumento para favorecer a integração regional, nossos Governos impulsionarão, no campo da cultura, ações que compreendam a preservação e o enriquecimento do património histórico e natural e a utilização dos meios de comunicação social para um maior conhecimento dos diversos valores da região. Promover-se-á igualmente uma mais ampla vinculação e cooperação em matéria de criação artística e cultural. Nossos Governos destinarão recursos suficientes para esse fim.

58. O fomento da cultura e da educação, no âmbito regional, favorecerá um regime de liberdade, no qual possa florescer a expressão genuína de nossos povos, se fortaleçam as culturas populares e tradicionais, se assegure o acesso crescente de todos os grupos sociais aos bens culturais, artísticos e patrimoniais, como tambor.*, aos distintos níveis do processo educativo.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

59. Finalmente, instruímos nossos Ministros das Relações Exteriores para que examinem, na sua próxima reunião, em Cartagena, na Colômbia, um conjunto de diretrízes para a cooperação, derivadas deste Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia por nós hoje subscrito.

60. Animados pelos frutíferos resultados desta Primeira Reunião de Oito Presidentes Latino-Americanos, conviemos em reunir-nos novamente no Uruguai, no segundo semestre de 1988.

Acapulco, México, 29 de novembro de 1987.

Pelo Governo da República Argentina
Raul Alfonsfn

Pelo Governo da República da Colômbia
Virgílio Barco

Pelo Governo da República do Panamá
Eric **Arturo Delvalle**

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai
Júlio Maria Sanguinetti

Pelo Govemo da República Federativa do Brasil
José Sarney

Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos
Miguel de La Madrid

Pelo Governo da República do Peru
Alan Garcia

Pelo Governo da República da Venezuela
Jaime Lusinchi

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

o itamaraty promove seminário sobre "estratégias de investimento para o combate à pobreza rural"

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da abertura do Seminário sobre: "Estratégias de Investimento para o Combate à Pobreza Rural", no Itamaraty, em 9 de dezembro de 1987.

Senhor Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura,

Senhores Chefes de Missão Diplomática,

Senhores Ministros de Estado,

Senhor Governador do Distrito Federal,

Senhores Governadores de Estado,

Senhores Senadores,

Senhores Deputados,

Senhores Embaixadores,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim motivo de grande satisfação acolher, na Casa de Rio-Branco, os patrocinadores e participantes do Seminário sobre Estratégias de Investimento para o Combate à Pobreza Rural.

Este evento, inspiração do ilustre Embaixador Idriss Jazairy, Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, e do Governador do Distrito Federal, Doutor José Aparecido de Oliveira, insere-se na celebração do décimo aniversário do Fundo, efeméride à qual o Ministério das Relações Exterires tem o orgulho de associar-se.

Orgulho muito legítimo, na medida em que o FIDA é das agências internacionais cuja ação interessa mais diretamente a países como o Brasil, onde o estímulo à atividade agrícola representa fator de singular importância no complexo de suas políticas de desenvolvimento.

O orgulho é também meu, pessoalmente, pois sou homem ligado à vida do campo e, agora, investido da responsabilidade de chefiar a diplomacia brasileira, tenho a oportunidde de ser anfitrião, no Itamaraty, deste Seminário que se propõe a oferecer valiosa contribuição para o exame de questões sociais ligadas à agricultura.

Desde sua instituição, há uma década, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura tem sido exemplo de organismo internacional dinâmico e fiel a seus objetivos. Sua meta é o auxílio aos países em desenvolvimento na sua busca de soluções para os problemas da produção de alimentos, da desnutrição e da pobreza rural. O Fundo constitui a expressão concreta de uma moderna e importante forma de cooperação internacional, beneficiando, com aportes financeiros e técnicos de origem diversa, as regiões e populações rurais carentes da grande massa dos países em desenvolvimento.

Ocupando-se exclusivamente de agricultura, o que inclui a agricultura **strictu senso,** a pecuária, a pesca, a transformação e armazenamento da produção agrícola, a irrigação, a recuperação e aproveitamento de terras, o FIDA se singulariza, na esfera global do mutilateralismo, por ser um organismo técnicc-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

financeiro cuja estrutura e funcionamento excluem as ingerências políticas na promoção da melhoria do nível de vida das populações rurais carentes do mundo em desenvolvimento.

Eloqüentes exemplos do que acabo de dizer são o tema e o local escolhidos para este Seminário: a pobreza rural e a capital de um país em desenvolvimento da América Latina. O tema da reunião e o nível de seus participantes bem dizem da prioridade que o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura confere às faixas mais destituídas das populações camponesas dos países carentes; a escolha da sede do Seminário, decisão que nos compraz, bem reflete as preocupações que nosso continente e nosso país, junto com outras regiões necessitadas da África e da Ásia, suscitam no organismo. Preocupações que já se consubstanciaram em diversas iniciativas, nos domínios do desenvolvimento rural integrado, da colonização e do desenvolvimento agrícola, do crédito aos pequenos produtores e do controle das águas, de que se vêm beneficiando o Brasil e outros países da América Latina e do Caribe.

Senhor Presidente,

O Governo do Presidente José Samey coloca a agricultura entre suas prioridades fundamentais. É uma área onde enfrentamos grandes desafios, mas onde repousa, inegavelmente, uma das bases vitais do desenvolvimento econômico-social do país. Temos obtido, ultimamente, safras recordes de produção agrícola, e é fundamental que esses resultados quantitativos sejam acompanhados pela melhoria do padrão de vida da população rural, principal protagonista das conquistas do nosso setor agropecuário.

Em nome do Ministério das Relações Exteriores, conhecedor da vontade de cooperação que anima o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura em seu relacionamento com o Governo brasileiro, quero estender a Vossa Excelência, Senhor Embaixador Idriss Jazairy, as mais cordiais boas-vindas nesta sede da diplomacia brasileira. A todos os participantes do Seminário, desejo formular votos de profícuas discussões e agradecer-lhes, tanto quanto ao Governador do Distrito Federal e aos Governos que fraternalmente emprestam sua colaboração a este evento, pela oportunidade que nos é oferecida de tratar aqui temas de interesse direto para o desenvolvimento económico e social de nossos povos.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

o ministro dos negócios estrangeiros de israei, shimon peres, visita brasília

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das RelaçAes Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres, no Itamaraty, em 14 de dezembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor

Ministro Shimon Peres,

Esta Casa, que tem a honra de receber Vossa Excelência e sua ilustre comitiva, Senhor Ministro Shimon Peres, é conhecida por seu trabalho plenamente identificado com a vocação do povo brasileiro à convivência fraterna e ao diálogo construtivo com todas as nações.

Evoco essa tradição histórica da diplomacia de meu país, Senhor Ministro, ao saudar sua presença no Itamaraty e estender-lhe minhas cordiais boas-vindas, porque desejo fazer sentir a Vossa Excelência o espírito franco e amistoso com o qual acolhemos sua visita.

A política externa brasileira expressa, em todos seus movimentos, o credo universalista e democrático de nosso povo. Estamos comprometidos com as causas da paz, da justiça e do desenvolvimento. Em todas as latitudes cobertas por nossa presença diplomática, buscamos sempre o entendimento fértil e a colaboração solidária. Somos avessos à intolerância e a pretensões hegemónicas. Arraigado em nossa índole está o repúdio a toda forma de colonialismo e discriminação racial. Condenamos o recurso à força, à violência, à política de poder.

Se é natural que cada povo tenha sua própria identidade e procure afirmar seus legítimos interesses e aspirações, é firme nossa convicção de que, do fortalecimento da compreensão recíproca, do respeito às individualidades e do contato entre distintas culturas, nascem modalidades criativas e duradouras de cooperação internacional.

O mundo em que vivemos, Senhor Ministro, é um cenário de desafios. Se a humanidade já acumulou valioso património de conquistas nos mais diversos setores, ela ainda amarga profundas frustrações. A paz, a justiça, a proteção dos direitos humanos, a erradicação do atraso e da miséria a que permanecem submetidos vários povos da Terra são ideais que alimentam discursos, granjeiam adeptos e mobilizam esforços e recursos em todo lugar. Mas, muitas vezes, são objetivos que parecem utópicos.

Nem por isso perdemos a confiança na capacidade do homem de preparar o seu futuro. De resgatar suas esperanças perdidas. De superar suas próprias limitações.

Há várias décadas, o mundo convive com a ameaça de sua destruição. Com fé e otimismo, encaramos, portanto, o atual momento de diálogo no âmbito das relações leste-oeste e aplaudimos os esforços inéditos que acabam de ser anunciados em favor do desarmamento. O recente encontro de cúpula entre as superpotências inaugura, no entender do Governo brasileiro, auspiciosa perspectiva para a preservação da paz, correspondendo aos anseios de progresso e tranqüilidade da comunidade 'nternacional.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

É com esse mesmo ânimo de paz e concórdia, Senhor Ministro, que o Brasil sempre procurou contribuir para uma solução justa e duradoura dos conflitos do Oriente Médio. Com a visão serena e equilibrada que temos da crise na região, pautamo-nos invariavelmente pela tradição brasileira de devoção à paz. Não menos importante é a nossa certeza de que a comunidade internacional dispõe de mecanismos apropriados de negociação e consenso para servir a esta causa tão postergada de nossos tempos - a causa da paz no Oriente Médio.

Invocando as posições solidamente amadurecidas do Governo brasileiro a respeito dessa questão, reitero que o encaminhamento da crise no Oriente Médio passa, necessariamente, pelo respeito aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas. Passa pelo cumprimento das inúmeras recomendações aprovadas na Assembléia-Geral e no Conselho de Segurança da ONU. E passa, especialmente, pelo fiel acatamento às Resoluções 242 e 338 daquele Conselho, a nosso ver o ponto de partida obrigatório no caminho da paz e do entendimento que se deve percorrer sem demora.

É um imperativo político e moral de nossos dias que se encerre o ciclo de violência no Oriente Médio. É um reclamo legítimo de toda a comunidade internacional o restabelecimento, na área, das bases de convivência pacífica e de cooperação fraterna.

Eleito recentemente para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil empenhará os esforços e a inteligência de sua diplomacia com o propósito de contribuir para a solução dessa grave questão, que, se bem não deixemos de apreciar em toda sua complexidade, não poderá ter outro desfecho senão aquele que resulte de um efetivo compromisso de diálogo e conciliação das partes envolvidas. Queremos, para tanto, favorecer e incentivar as negociações referentes à convocação de uma Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio, auspiciada pelas Nações Unidas e da qual todas as partes interessadas possam participar em condições de igualdade.

Senhor Ministro,

Celebrou-se, ao final do mês passado, o quadragésimo aniversário da criação do Estado de Israel. Presidindo a histórica sessão de 29 de novembro de 1947, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Chanceler Oswaldo Aranha, ilustre brasileiro de trajetória exemplar na vida política de nosso país e de notável lembrança em Israel, pronunciou palavras que conservam plena atualidade: "Nossa época é diferente. Não podemos aplicar os métodos e procedimentos de outrora aos problemas de hoje em dia. Precisamos viver com nossos tempos, com o espírito voltado para o futuro, e não para o passado".

É precisamente nesse espírito, Senhor Ministro, que nenhum povo deve sentir-se prisioneiro de sua História, escravo de seu passado. O povo de Israel deu mostras eloqüentes de sua determinação de erguer o seu destino. E é com essa mesma visão de futuro que os povos devem transpor todas as barreiras ao seu convívio harmonioso e plantar as sementes de um relacionamento cada vez mais estreito e frutífero.

O Brasil e Israel assim constróem e fortalecem seus vínculos. Entre nossos países consolidou-se uma sincera amizade, originária da própria época do nascimento de Israel como Estado livre e soberano, cujo direito a viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, é apoiado com toda clareza pelo Brasil. Com a mesma clareza, defendemos o direito da autodeterminação de todos os povos da região.

A visita de Vossa Excelência, Ministro Shimon Peres, oferece uma oportunidade de diálogo que aproveitamos com a exata noção do significado e utilidade do intercâmbio de opiniões entre nossos Governos. Oportunidade que aproveitamos, também, com o propósito de explorar os meios viáveis de colaboração recíproca, tendo em vista o potencial de nossas relações.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Durante sua estada em nosso país, Vossa Excelência terá a oportunidade de encontrar-se com representantes da comunidade judaica brasileira, cuja contribuição ativa e interessada ao desenvolvimento de nossos vínculos e ao progresso de nosso país é um fato que deve ser realçado. Voss Excelência, do mesmo modo, vem tendo, aqui, ocasião de testemunhar o desejo espontâneo dos brasileiros de preservar seus laços de amizade com o povo israelense. O convívio fraterno entre povos das mais diversas origens é um dos traços que identificam a nacionalidade brasileira, e dele nos orgulhamos. Pois a mesma vontade de paz enraizada na alma brasileira é a que projeta nossa diplomacia, reflexo direto do que somos como povo, como sociedade.

Reiterando minha satisfação por acolhê-lo nesta Casa, Senhor Ministro, peço a todos os presentes que se unam a mim neste brinde pela paz e pelo progresso de Israel, pela felicidade de seu grande e valoroso povo, pela crescente cooperação entre nossos países e pela saúde e ventura pessoal de Vossa Excelência.

discurso do ministro dos negócios estrangeiros de israel

Discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shlmon Peres, por ocasláo de sua visita oficial ao Brasil, no Itamaraty, em 14 de dezembro de 1987.

Senhor Ministro Roberto de Abreu Sodré,

Membros do Gabinete,

Membros do Corpo Diplomático,

Membros do Congresso,

Senhores Embaixadores,

Senhoras e Senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer-lhes pelo calor das palavras, que me foram dirigidas e, embora não tenha entendido tudo o que me foi dito em português, entendi e aprovo totalmente a linha política que me foi apresentada.

Se eu pudesse realizar meu discurso em apenas algumas palavras, gostaria de dizer que gostaria que a política externa do mundo fosse como é este prédio, belo e sólido. E o mundo seria diferente.

Venho ao Brasil com uma visão pré-concebida como a da maioria de meus compatriotas. Vemos o Brasil como uma país de belezas imensas, uma dádiva da natureza, e um país de grande tolerância, que é uma dádiva de seu povo. É uma combinação rara, talvez a mais forte, esta, da natureza generosa e de um povo também generoso.

O Brasil é diferente da maioria dos outros países de várias maneiras. Gostaria de dizer, inicialmente, que vejo o Brasil como um gigante tímido. Um gigante por seu tamanho, por sua força, mas é, ao mesmo tempo, uma combinação rara do maior país da América Latina, com uma população de 130 milhões de pessoas que age com paciência, e não com poder. A segunda característica que toma o Brasil também único, é que muito de sua riqueza, em termos de terra, ainda está para ser explorada Na maioria dos países tudo está aberto, tudo está explorado. O Brasil sabiamente mantém um potencial para o futuro. Sua terceira característica única, é a de cadinho de raças, onde se busca um novo equilíbrio de compreensão entre os povos. Onde surgirá, talvez , uma nova cor. Nem branca nem negra. Digamos, da cor do café, para que todos possam viver junto sem diferenças de cor ou de religião.

Os maiores problemas desse país residem, hoje, no campo económico. Devo dizer, no entanto, senhor Ministro que, em minha experiência, jamais vi um economista feliz nem uma economia otimista. Portanto, não podemos viver apenas de economia. Precisamos viver também e, basicamente, de fé.

O problema da dívida externa brasileira e dos demais países origina-se, basicamente, de um mal entendido. O problema está em como iremos pagar por nossa dívida. Se iremos pagá-la com nossa riqueza passada ou com o nosso potencial futuro. Se optarmos por pagá-

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

ia com nosso passado certamente não teremos futuro. Se, no entanto, nos propusermos a pagá-la com nosso futuro não teremos problemas com o passado. Esta tem sido a atitude de muitos países da América Latina quando pedem ao mundo que não os sufoquem com as elevadas taxas de juros, dizendo que têm recursos, que têm vontade e que merecem respeito e que lhes seja dada uma chance. Veremos, talvez, no futuro, que a vida económica não será mais baseada em dólares ou em outras moedas fortes, e, sim, que a base da atividade económica do mundo será o trabalho e a boa vontade.

O melhor conselho que jamais recebi sobre economia não veio de um economista, e, sim, de um autor brasileiro famoso, Machado de Assis. Ele disse: "Transformaremos o sofrimento das gerações passadas em esperança no futuro de todos nós".

Senhor Ministro, o senhor mencionou a importância da comunidade judaica em seu pafs. E devo dizer que admiro profundamente a convivência pacífica e harmoniosa entre judeus e árabes em seu país. Nada temos contra as relações entre o Brasil e os países árabes. Não vemos qualquer contradição entre a amizade brasileira pelos países árabes e sua amizade por Israel. Espero que minha visita a este país seja o início de um novo capítulo. Um capítulo novo nas relações entre os dois países de conteúdo muito sério, no qual haja um aumento na cooperação entre o Brasil e Israel. Que essa cooperação seja aumentada no campo industrial, agrícola, científico, cultural e tecnológico. Temos muito a aprender uns com os outros. E a minha segunda espectativa é que haja um aumento nas perspectivas de paz no Oriente Médio. Estamos realmente tentando resolver o confito árabe-israelense através de uma solução pacífica Naõ desejamos conquistas, não desejamos vitórias. A maior conquista e a maior vitória que poderemos obter será a paz. E esperamos da comunidade internacional que ela encoraje o processo de paz no Oriente Médio. Não esperamos que venham subst tuir-nos nos processos de negociação, nem esperamos da comunidade internacional a imposição de uma solução.e sim que simplesmente nos apoiem a transformar em realidade a mesma paz que os senhores tentam colocar dentro de seu país. E que ela seja uma realidade na nossa área também.

Existe um provérbio brasileiro do qual gosto muito: "Para se chegar à fonte é preciso nadar contra a corrente". Tenho perfeita consciência que, para se chegar à fonte, teremos que nadar contra uma corrente forte.

Senhor Ministro, senhoras e senhores. Não tenho a menor dúvida de que o Brasil chegará a seu futuro. Que virá a ser o país mais poderoso da América Latina. Que Israel e seus vizinhos conseguirão estabelecer o processo de paz no Oriente Médio. Mas, para que isso possa ocorrer, é preciso que todos trabalhemos juntos.

E gostaria, agora, de elevar meu copo à saúde do Presidente do Brasil e de seu povo, para que lhe seja dada a prosperidade. E que os ventos da democracia, da paz e da prosperidade soprem no dia de hoje e tragam o futuro em breve.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

brasil inaugura agência de cooperação

Pronunciamento do Excelentfssimo Senhor Presidente da República, José Samey, por ocasião da solenidade de Instalação da Agência Brasileira de Cooperação e do Instituto de Pesquisas de RelaçAes Internacionais, no Palácio do ttamaraty, em 15 de dezembro de 1987.

Sete meses atrás, afirmei que o Itamaraty se projeta ao encontro de seus destinos e assegura a continuidade dos homens que, pelo conhecimento e pela responsabilidade, estão aptos para a saga da inteligência que é a diplomacia moderna.

Tudo isto se confirma hoje com nitidez. Em sua atual trajetória inovadora, a diplomacia incorpora um instrumento que há de servir, com dinamismo e criatividade, à afirmação dos interesses, dos anseios e da identidade de nosso país. Foi com esse objetivo que determinei, em março deste ano, a concentração, no Ministério das Relações Exteriores, das atribuições relativas à cooperação técnica internacional. Para cumprir esse encargo, criou-se a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ao abrigo da Fundação Alexandre de Gusmão, entidade diretamente vinculada ao Itamaraty. Hoje, a Agência está sendo inaugurada.

A criação da ABC é um exemplo de resposta eficaz a essas exigências. Trata-se de uma instituição que abre novos horizontes ao Itamaraty, hoje revigorado em seu espírito profissional pela reforma administrativa adotada a partir do ano passado.

A Agência Brasileira de Cooperação será um aporte de grande valia àquilo que constitui a atividade essencial desta Casa: a de explorar os caminhos de entendimento e cooperação com outras Nações.

Todos os gestos e atitudes do Brasil e todas as iniciativas de relevo, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral, exprimem essa vocação. O diálogo é o meio de promover, no contato com outros povos, um intercâmbio mutuamente enríquecedor de opiniões e experiências. De permitir a identificação de interesses comuns. De abrir canais de colaboração. De favorecer a busca de posições convergentes sobre problemas internacionais.

Somos um povo que jamais cultivou o hábito do isolamento. Não visamos nem à autarquia, nem ao predomínio hegemónico. Integramos a comunidade internacional com espírito de participação, solidariedade e justiça Embora conscientes e orgulhosos de nossa individualidade como Nação, achamos que temos muito a conhecer e ganhar com outros povos, assim como haveremos sempre de compartilhar com eles algo de nossas experiências.

Este, o sentido de igualdade e equilíbrio que buscamos imprimir ao relacionamento do Brasil com outros países e que desejamos ver consagrados na prática internacional. Pressupõe esse objetivo a adesão irrestrita aos ideais de boa convivência entre as Nações: a solução pacífica dos conflitos, o respeito mútuo, a tolerância, a não-intervenção.

Meu Governo está, comprometido com uma postura de diálogo. O diálogo é o pilar da democracia e o instrumento de consenso indispensável a todo projeto político. Na política

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

exterior, a cooperação técnica é a ferramenta que ajuda a moldar o convívio harmonioso entre povos desejosos de compartilharem os frutos do progresso.

A entidade que hoje inauguramos foi concebida como um esforço combinado de muitos setores da sociedade brasileira, governamentais e não-governamentais, todos empenhados em concorrer para o êxito de uma tarefa que se revela essencial na integração e cooperação de nosso país com o mundo. Ela é, nesse sentido, uma expressão privilegiada de nossa vontade de construir juntos o nosso progresso e de participar ativamente das ações que interessam à inserção do país na economia internaciona. Neste momento em que nos deparamos com tantos desafios e incompreensões, tudo quanto pudermos extrair de nossa capacidade de trabalho e realização, de nosso empenho em juntar forças e inteligências, não será demais para enfrentar a luta que a Nação está convocada a empreender em benefício de sua estabilidade e de seu futuro.

Desse espírito associativo e dessa consciência de engajamento no esforço nacional de desenvolvimento, está imbuída a Agência Brasileira de Cooperação.

Desejo aproveitar esta ocasião para saudar outra grande e recente conquista do Itamaraty. Refiro-me ao Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, ligado, como a Agência, à Fundação Alexandre de Gusmão, e que se propõe, fundamentalmente, a incentivar o estudo de nossa história dtp omática, o interesse da sociedade por nossa política exterior e o acompanhamento da problemática internacional. Esse Instituto há de estimular o debate interno das questões de interesse para a ação diplomática brasileira, alargando e enriquecendo os contatos do Ministério das Relações Exteriores com o mundo universitário e acadêmico.

Tanto a Agência Brasileira de Cooperação quanto o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais honram, em seus objetivos e atribuições, uma tradição importante do Ministério das Relações Exteriores. O exercício da diplomacia como uma atividade de cultura. Inerentes ao trabalho do dip omata sâo o conhecimento do passado e o contato com povos e culturas diversos. Estou seguro de que a Agência e o Instituto hão de ser instrumentos dessa viagem no tempo e no espaço que é própria da diplomacia Na História, a diplomacia recolhe as diretrizes para o presente e as lições para o futuro. Na experiência da cooperação internacional, a diplomacia busca os elementos que a mantêm sintonizada com o mundo, aberta aos seus reclamos e atenta às suas perplexidades.

discurso do ministro das relações exteriores

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da cerimônia de inauguração da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no Itamaraty, em 14 de dezembro de 1987.

Em meu nome e no de todos os funcionários que integram o Ministério das Relações Exteriores, desejo expressar-lhe, Senhor Presidente, o quanto Vossa Excelência nos honra e sensibiliza com sua presença em mais esta solenidade no Itamaraty.

Vossa Excelência aqui retorna como um testemunho renovado da atenção generosa que dispensa a esta Casa e, sobretudo, da orientação lúcida e enriquecedora que, em suas funções de Chefe da Nação, tem prestado à execução da política externa brasileira.

Orientação, porém, não define, nem esgota o papel que Vossa Excelência assume no universo complexo e desafiante da afirmação dos interesses internacionais do Brasil. Vossa Excelência, protagonista central da política externa, participa com dedicação e entusiasmo de nossas ações diplomáticas. Lembro aqui o exemplo recente de Acapulco, onde contribuiu de forma direta e decisiva para o êxito da reunião de Presidentes latino-americanos, tendo colocado toda sua experiência e todas suas percepções de estadista ao serviço do fortalecimento do diálogo político no continente e da busca de caminhos práticos e imaginativos através dos quais nossos povos devem vencer seus desafios contemporâneos.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Ao recebê-lo hoje nesta cerimonia, a Casa de Rio Branco deseja manifestar a Vossa Excelência seu reconhecimento pela decisão de grande importância que tomou, no início deste ano, em relação a um campo de atuação da Chancelaria brasileira que se tem revelado cada vez mais fértil e promissor, o campo da cooperação técnica. E mais do que reconhecimento, queremos significar-lhe o sentido de responsabilidade com que acolhemos aquela decisão.

Pelo Decreto nº 94.159, Vossa Excelência determinou que as competâncias na área de cooperação técnica internacional, antes pertencentes à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, fossem transferidas para o Itamaraty. Não obstante os bons resultados alcançados pelo Sistema Interministerial de Cooperação Técnica, que vigorava desde 1969, achou Vossa Excelência que era o instante de rever sua estrutura, unificando-a em uma só Pasta. Compreendia Vossa Excelência que essa unificação era necessária para atender a evolução do país e para dar maior realce à atividade hoje tão desafiante da cooperação técnica internacional.

Desde a década passada, o Brasil deixava de ser apenas receptor de cooperação técnica e passava, na escala permitida por seus recursos, a poder transferir algo de sua capacitação a outros países do Terceiro Mundo, reforçando a vertente sul-sul do nosso relacionamento externo - preocupação constante do Governo que Vossa Excelência preside.

Uma atuação internacional madura e simultânea exige capacidade operacional sintonizada em todos os aspectos de nossa política externa. Nada mais próprio, assim, do que outorgar ao Itamaraty a coordenação das atividades brasileiras de cooperação técnica internacional.

Nessa ordem de ideias, Vossa Excelência, Senhor Presidente, acedeu ainda à sugestão de que passássemos a contar com um tipo de entidade que a experiência de vários países desenvolvidos já consagrou como eficaz: uma agência específica para cooperação técnica. Hoje inauguramos esta entidade, a Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão. Passa, assim, o Itamaraty a municiar-se de um instrumento adicional de política externa e de promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país - um instrumento que permite integrar a concepção à operacionalização de forma ágil e moderna

As atividades de cooperação técnica requerem participação de uma variedade de entidades públicas ou privadas: Ministérios setoriais, Fundações, Institutos de Pesquisa, Governos Estaduais, empresas, sindicatos patronais e de trabalhadores, Universidades. Com esta modernização administrativa, a ABC, ganhou-se em agilidade e organicidade, ficando como fulcro dessa rede de entidades a Chancelaria brasileira, com sua longa tradição de ouvir a todos, de refletir no exterior, criativamente, a amplidão e a complexidade dos interesses nacionais permanentes do país.

A partir daí, pode o Ministério das Relações Exteriores exibir uma gama significativa de resultados. Permita-me, Senhor Presidente, que enumere alguns exemplos:

1) - Na cooperação técnica recebida, sobressai a negociação do programa PRORENDA, destinado a atender necessidades da população de baixo poder aquisitivo e para o qual contaremos com recursos da República Federal da Alemanha, da ordem de 51 milhões de marcos, para o ano de 1988.

2) - No que respeita à cooperação prestada pelo Brasil, destaca-se o envio de técnicos e especialistas com experiência na solução de problemas prioritários a outros países em desenvolvimento. Essa assistência inclui desde áreas de forte densidade tecnológica - tais como telecomunicações e geração de energia - até a área organizacional, onde cooperamos na administração pública, no planejamento para o desenvolvimento, na capacitação de recursos humanos.

3) - Nas recentes visitas presidenciais ao Peru e à Venezuela, pudemos definir com aqueles países vizinhos programas visando ao desenvolvimento integrado de áreas de fronteira e à integração de nossas economias.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

4) - Com Moçambique, foi definido um projeto para extração e exportação de carvão para o Brasil.

>

5) - Com Angola, iniciou-se a cooperação nas áreas de saúde e educação e foram consolidados projetos de desenvolvimento rural integrado, treinamento de mão-de-obra e aproveitamento de recursos energéticos.

6) - Com a Cote d'Ivoire e Angola, está-se estruturando uma modalidade inovadora de cooperação, mediante parceria com empreiteiras brasileiras, para pecuária, cultivo de soja e formação de recursos humanos.

7) - Estão adiantados entendimentos com o Banco Mundial sobre a possibilidade de o Brasil vir a tornar-se o primeiro país em desenvolvimento a ter naquele organismo um Fundo para Consultorias, o que abrirá universo muito expressivo de oportunidades.

É importante lembrar, como tive ocasião de dizer anteriormente, que não devemos almejar programas ambiciosos de ajuda externa ou emular países desenvolvidos. Não temos recursos para tanto. O que é desejável, o que é realista, repito, é compartilharmos com os países amigos, nos vários estágios de desenvolvimento, as experiências bem sucedidas e os avanços brasileiros quando formos solicitados a fazê-lo. Embora pequena em termos financeiros, nossa capacidade em termos técnicos e humanos é bastante significativa.

Todo o elenco de inovações que quis aqui mencionar são iniciativas que concretizam a reforma administrativa que a sociedade brasileira deseja e espera de nós. A Fundação Alexandre de Gusmão, que abrigará, além da ABC, o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), assume, assim, uma nova dimensão e uma nova perspectiva em sua tarefa de promover, através da captação de recursos, projetos de interesse cultura.

O Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais já se encontra instalado, contribuindo para o estudo e o debate dos temas internacionais. O objetivo essencial do IPRI é o de promover uma reflexão conjunta, demarcada pelo sentido de igualdade entre os participantes, sobre os rumos da nossa ação diplomática.

Vivemos em um sistema internacional de extrema complexidade, com pontos de crise que se multiplicam. Para que tenhamos uma política externa coerente com os melhores interesses da sociedade brasileira, é fundamental que exista aquela reflexão ampla, bem informada, sobre o que está acontecendo no mundo. É fundamental saber quais as nossas opções, quais as nossas possibilidades e perspectivas.

Não posso deixar de estender meus agradecimentos ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, uma das molas propulsoras para a concretização dessas iniciativas.

Senhor Presidente,

Todos sabemos que no Itamaraty a inovação não é um dogma. É sempre realizada com objetivo de ganhos reais, de avanços efetivos. Inovar, com prudência e sentido de oportunidade, é uma das melhores características da Casa de Rio Branco e a marca de sensibilidade da boa diplomacia.

Para que esta Casa possa cumprir sua vocação de modernidade e constante aprimoramento, Vossa Excelência não apenas nos tem honrado sempre com seu apoio e incentivo, mas sobretudo contribuído com decisões que ampliam o horizonte de nosso trabalho e reforçam a consciência de nossas responsabilidades.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

assembleia parlamentar latino-americana para a dívida externa

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na sessão de encerramento da Assembleia Parlamentar Latlno-Americana para a Dfvidia Externa, no Itamaraty, em 16 de dezembro de 1987.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento aos organizadores da Assembleia de Parlamentares Latino-Americanos, em especial ao Deputado Fernando Gasparían, pela oportunidade que me oferecem de participar deste encontro e de poder contribuir com algumas reflexões sobre o tema objeto do seminário - a dívida externa.

É minha intenção abordar a questão da dívida externa como parte da agenda internacional de nossos dias, sem dúvida o tema mais premente, complexo e dramático para os países em desenvolvimento. Assim procedo não apenas por fidelidade ao cargo que exerço de Ministro das Relações Exteriores, mas pela convicção de que a dívida dos países em desenvolvimento tem a ver diretamente com o próprio funcionamento do sistema internacional, não apenas em sua vertente econômico-financeira, mas também, e cada vez mais, em sua dimensão política.

De fato, é hoje uma evidência que os problemas trazidos pela dívida externa são decorrentes de desequilíbrios estruturais da economia mundial e que não há política económica nacional, por mais sábia e tecnicamente perfeita, que possa isoladamente enfrentar com êxito as dificuldades geradas pela dívida.

A realização de encontros como este seminário, que congrega parlamentares, economistas, homens de Governo, personalidades políticas internacionais é por si só uma clara demonstração de que a dívida externa consiste num problema da comunidade das nações e como tal deve ser enfrentada.

Não foi e não tem sido fácil, contudo, fazer prevalecer a noção de que a dívida externa é uma questão de responsabilidade coletiva, de devedores e credores. Há até bem pouco tempo, e lamentavelmente até em nossos dias, insiste-se em que esse tema deva ficar confinado a negociações entre países devedores e a carteira internacional dos grandes bancos. E que sua solução é uma responsabilidade precípua dos devedores, a ser encontrada através de fórmulas tiradas dos manuais de economia das universidades dos países credores.

Um grande esforço político-diplomático de esclarecimento, conscientização e persuasão vem sendo feito pelos países devedores para colocar a questão da dívida em sua exata perspectiva. Desse esforço, que procura revelar as dimensões políticas e sociais da questão, não tem estado - nem poderia estar - ausente meu país.

O Brasil com outras dez nações latino-americanas chegaram, em 1984, a conclusões de consenso sobre como enfrentar os problemas da dívida, e fizemos, através do Consenso de Cartagena, sugestões concretas e objetivas em busca de soluções aceitáveis para credores e devedores.

Em 1985, na Assembléia-Geral das Nações Unidas o Presidente José Samey tratou extensamente do assunto, declarando naquela ocasião:

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

"Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem de ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive".

Pessoalmente, como Chefe da diplomacia brasileira, tenho propugnado nos foros internacionais e em contatos com representantes de pafses industrializados por uma solução justa e equânime para a questão da dívida.

Recentemente, os presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Panamá, Uruguai e Venezuela, reunidos em Acapulco, num momento histórico da diplomacia de nossa região, definiram com equilíbrio e objetividade sua visão conjunta sobre o problema da dívida externa. Expressaram legitimamente, como Chefes de sociedades democráticas, no documento firmado naquela ocasião, as dificuldades, os anseios e a esperança de centenas de milhões de latino-americanos para uma inserção mais justa da América Latina na comunidade internacional.

Não tem sido em vão esse trabalho de conscientização e esclarecimento, apesar de resistências nos países industrializados e de certo ceticismo em nossos próprios países. Creio que hoje superou-se definitivamente uma visão simplista do problema da dívida. Conseguimos, os países devedores, fazer prosperar nossa visão sobre a dívida e despertar interesses e mesmo sensibilizar para ela os meios académicos, de comunicação e a própria opinião pública de países credores e seus parlamentares.

E quais são nossas teses e argumentos?

Em síntese, não podemos pagar a dívida de ontem com a frustração e a miséria de amanhã.

Ou seja, a solução para a dívida externa só será obtida através do crescimento económico dos países devedores. E, para tanto, é necessário um esforço conjunto, corresponsável, uma estreita cooperação entre os Governos dos pafses credores e devedores, entidades multilaterais de crédito e o sistema bancário privado internacional.

O que nos leva a defender essas teses? Nada mais nada menos do que uma simples constatação da realidade.

As dívidas dos países em desenvolvimento surgiram com os famosos petrodólares que afluíram nos anos 70 para as praças financeiras de Nova York e Londres e que foram emprestados em condições mais vantajosas às nações do Terceiro Mundo, com dividendos superiores aos oferecidos pelos mercados domésticos dos grandes bancos americanos e europeus.

Não há como negar que esses empréstimos eram bem-vindos em nossos países - economias por definição com escassez de capital - e que satisfaziam, além dos bancos, também aos Governos dos países industrializados, que tinham maior demanda para seus produtos nos mercados importadores dos países em desenvolvimento. Essa maior demanda para seus produtos ajudava também as economias centrais a enfrentarem os aumentos drásticos do preço do petróleo.

O período de bonança financeira não durou muito, como se sabe. Após o segundo choque do petróleo, as políticas conservadoras de combate à inflação aplicadas pelos EUA e países europeus, a partir de 1979, produzem uma recessão mundial, com a simultânea queda de preços de matérias-primas e uma brusca elevação das taxas de juros. Acabava-se o acesso fácil aos empréstimos estrangeiros.

Os problemas de endividamento se transformaram na crise da dívida externa.

É sabido que os ajustes realizados pelas economias centrais no início dos anos 80 penalizaram mais seriamente as vulneráveis economias dos países em desenvolvimento. Esses pafses passaram a enfrentar preços maiores para os produtos importados, taxas

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

de juros mais elevadas para seus empréstimos contraídos e por contrair, menor demanda e, em alguns casos, barreiras para suas exportações nos mercados dos países industrializados e um esgotamento de créditos externos privados.

Perguntar-se, agora, de quem foi a culpa parece-me, contudo, algo de menor importância.

O fato central de nossos dias é que a crise do endividamento externo tornou-se crónica. Ao contrário do que se supôs, aquela crise não se limitou a um período de dificuldades momentâneas de liquidez. A dívida extema dos países em desenvolvimento aumentou de forma contínua nos últimos anos e a capacidade de pagá-la diminuiu. Para o total do Terceiro Mundo, a dívida extema ultrapassou, em 1987, a impressionante cifra de 1 trilhão de dólares.

Estratégias concebidas para tratar de um problema de curto prazo e centradas em ajustes recessivos nos países devedores revelaram-se equivocadas. Segundo aquelas estratégias, esperava-se a conjunção de três fatores que supostamente permitiriam deixar a questão da dívida para trás: em primeiro lugar, o ajustamento dos países devedores; em segundo, o crescimento das economias industrializadas e do comércio internacional e, em terceiro, a retomada dos financiamentos. Como se sabe, desses três fatores, ocorreu apenas o primeiro, ou seja, o ajustamento nas economias dos países devedores, com uma sequela de recessão e desemprego e com o inegável desgaste político para seus respectivos Governos.

Vale a pena dar ênfase a alguns dados: nos últimos seis anos,as importações dos 15 maiores países devedores caíram em 35,7%; a taxa de investimento caiu de 24,8% do PIB para 18%; e a queda do PIB "per capita" foi de 7,3%.

Como pagar a dívida nestas condições? Poderá haver surpresa honesta se, nesse quadro recessivo, alguns países devedores, como o Brasil, tenham deixado de saldar os seus compromissos?

Os índices do endividamento começam a falar por si próprios. E os países credores, como as instituições financeiras internacionais perceberam aos poucos que a defesa do sistema financeiro mundial não poderia passar apenas pela recessão dos países devedores. A estratégia da austeridade mostrou-se ineficaz, pois a adoção de programas recessivos como condição para receber assistência externa, consistiu em táticas apenas paliativas que visam a atender os aspectos puramente financeiros da questão.

O temor de que a crise do endividamento pudesse escapar uma vez mais de controle e por em perigo o sistema financeiro internacional, assim como o alerta de Chefes de Estado de grandes países devedores, como o realizado pelo Presidente Samey na ONU, levaram ao reconhecimento de que soluções puramente baseadas nas forças do mercado - não chegariam jamais.

Surge, assim, o plano do Secretário do Tesouro norte-americano James Baker, numa mudança importante na atitude dos EUA em relação à dívida externa dos países em desenvolvimento. Reconhecia aquele plano que a austeridade não é uma resposta satisfatória para o problema e que, entre outros efeitos, prejudicava as exportações das economias centrais para os debilitados mercados dos países devedores.

As limitações do Plano Baker são conhecidas. Em resposta a esse plano, novas propostas são feitas pelo Consenso de Cartagena, e no início de 1986, o Grupo dos 24, representando mais de 130 países, sugere por sua vez, medidas inovadoras no âmbito do FMI. Procurando ir mais além do Plano Baker, o Senador norte-americano Bill Bradley avança sugestões, as quais não sensibilizaram, contudo, os bancos privados.

Do conjunto de todas essas propostas e iniciativas, o fato a registrar é que a partir de 1985/86, começa-se a perceber claramente que o crescimento económico dos países devedores é uma resposta insusbstituível para o

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

problema do endividamento externo. E que esse crescimento não pode estar dissociado de uma expansão global da economia mundial, expansão essa que escapa do controle dos países devedores e que depende fundamentalmente de ajustes estruturais a serem feitos pelos países industrializados.

Ao conclamarmos os países industrializados a colaborarem para uma solução da dívida, não estamos os países devedores nos eximindo de nossa própria responsabilidade. Sabemos que precisávamos e continuamos a precisar a ajustar nossas economias. Mas é preciso reconhecer que os países devedores estão recebendo sinais contraditórios do mundo industrializado.

De um lado, são estimulados a desvalorizar sua moeda - o que tem um efeito inflacipnário - para aumentar as exportações. Mas, de outro, o acesso de seus produtos aos mercados dos países industrializados é dificultado por um crescente protecionismo.

De uma parte, os países devedores são encorajados a liberalizar comércio, mas, de outra, são solicitados a aumentar os saldos comerciais, com vistas a pagar suas dívidas.

São induzidos a reduzir o déficit fiscal, o que é um imperativo, mas, de outra feita, o próprio serviço da dívida produz um impacto negativo sobre o controle das finanças públicas.

Na verdade toma-se cada vez mais difícil aos países devedores cumprir com o pagamento integral de suas dívidas. A pesada transferência de recursos tem significado uma redução igualmente substancial de investimentos, e por conseguinte, da taxa de crescimento. Para voltar a crescer de modo estável, os países latino-americanos terão que transferir menos recursos para o exterior a título de pagamento de sua dívida. Ademais, o serviço a ser pago, produz via de regra um aumento do endividamento interno e, por conseguinte, gera dificuldades adicionais para o controle do déficit público. Por fim, as políticas da ajustamento adotadas têm efeito perverso sobre o controle da inflação.

Para poder continuar a pagar as suas dívidas de modo regular, os países devedores precisarão contar com créditos suficientes, estabelecer um limite para as taxas de juros, conceber novos mecanismos para proteger o esforço de crescimento do impacto de fatores externos adversos. Uma solução efetiva para o problema requer a redução do peso da dívida, mediante conversão de uma parcela do débito, em conformidade com o seu valor no mercado secundário.

Senhores,

Esses são o entendimento e a posição do Brasil sobre a questão da dívida externa. E não estamos sós. Volto agora a referir-me ao Encontro Presidencial de Acapulco. A dívida externa foi naturalmente um dos temas centrais daquele Encontro. Na elaboração do capítulo sobre a dívida constante do Compromisso de Acapulco, animou os Presidentes um claro espírito de diálogo e negociação com os países credores. Como bem disse o Presidente Sanguinetti, em discurso proferido na ocasião, a reunião de Acapulco não foi feita contra ninguém. Nem poderia sê-lo. Mas o espírito de diálogo que inspirou a posição adotada em relação à dívida não significa conformidade com a pobreza de resultados das negociações havidas até agora, nem desconhecimento da falência das estragégias seguidas.

De fato, a estragégia adotada em relação à dívida externa parece não ter levado em consideração as grandes mudanças ocorridas na economia mundial entre o momento em que a dívida foi contraída - década de 70 - e o momento em que deveria começar a ser paga - início dos anos 80.

Em busca de uma estratégia inovadora que reflita a hora presente da economia mundial e a situação dos países devedores, os oito Presidentes em Acapulco definiram pautas e critérios comuns como diretrizes para as negociações individuais de cada país. Aquelas diretrizes têm como objetivos fundamentais diminuir as transferências líquidas para o exterior,

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

tomar o serviço da dívida compatível com a capacidade de pagamento de cada país, de modo a resguardar a capacidade de crescimento das economias dos países devedores.

Ao assim procederem, os Presidentes dos oito países não o fizeram por mera tática negociadora ou caprichos de ocasião. Antes de mais nada assinalaram à comunidade internacional os limites possíveis para suas nações na busca de uma solução para a questão do endividamento externo, sem que esta questão ponha em risco a viabilidade de sociedades livres e democráticas. Como é sabido, a renda per capita dos latino-americanos dificilmente atingirá, em 1990, o nível que já havia alcançado em 1980. Isto significa que os anos 80 terão representado para a região, no que se refere ao desenvolvimento, uma década perdida.

Por fim, desejo concluir minhas palavras com otimismo. É firme esperança do Governo brasileiro que o momento histórico do encontro de Acapulco não seja uma oportunidade desperdiçada. O alerta e as propostas formuladas pelos Presidentes de oito países latino-americanos não poderão cair no vazio. Estamos seguros de que a comunidade internacional e sobretudo nossos parceiros industrializados saberão ref etir sobre o que lhes foi dito com tanta franqueza e espírito construtivo.

Se, nos dias de hoje, presenciamos com satisfação um entendimento entre as superpotências para a eliminação de armas nucleares num quadro de importantes progressos nas relações Leste-Oeste, cremos que poderá ser também a hora para um entendimento nas relações Norte-Sul.

Se começamos a livrar o mundo das armas nucleares, por que não livrá-lo também das injustiças do subdesenvolvimento, tão acentuadas pelo peso da dívida externa, de modo a permitir que todas as nações sejam igualmente prósperas e possam viver livres e em paz.?

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Ronaldo Costa, Embaixador em **Santiago,** em 09.11.1987.

Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto, para Embaixador em **Bagdá,** em 09.11.1987.

José Jerônimo Moscardo de Souza, para Embaixador em **São José,** em 18.11.1987.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Sigurd Endresen, da **Noruega,** em 1o. de dezembro de 1987.

Charles Bruggmann, da Suíça, em 08 de dezembro de 1987.

Ingvi Ingvarsson, da **Islândia** em 08 de dezembro de 1987.

Wilson-Abel N-Dessabeka, do **Congo,** em 08 de dezembro de 1987.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

brasil e china assinam acordo de cooperação em energia nuclear

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para a Cooperação nos usos pacíficos da Energia Nuclear

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China,

Inspirados pela amizade entre seus povos e pelo desejo comum de ampliar a cooperação bilateral;

Tendo presente que o uso da energia nuclear para fins pacíficos é importante fator para a promoção do desenvolvimento social e económico dos dois países;

Considerando que ambos os países realizam esforços para suprir as necessidades de seu desenvolvimento económico e social pelo uso da energia nuclear

Tendo em vista o fato de que ambos são países em desenvolvimento e membros da Agência Internacional de Energia Atómica;

Convencidos de que uma ampla cooperação entre os dois países nos usos pacíficos da energia nuclear contribui para o desenvolvimento de suas amistosas relações de cooperação;

Convieram no Seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes, conforme o estabelecido no presente Acordo, cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear com base no respeito mútuo à soberania, na não Interferência nos respectivos assuntos internos, na igualdade e benefício mútuo.

ARTIGO II

1. Sujeito ao presente Acordo, os campos de cooperação entre ambas as Partes poderão incluir

a) pesquisa básica sobre os usos pacíficos da energia nuclear;

b) pesquisa, projeto, construção e operação de centrais nucleares e reatores de pesquisa;

c) prospecção e processamento de minérios e urânio;

d) fabricação de elemento combustível;

e) pesquisa sobre a regulamentação em segurança nuclear;

f) produção e aplicação de isótopos radioatjvos;

g) outras áreas de interesse mútuo.

2. As modalidades de cooperação entre as duas Partes poderão incluir:

a) intercâmbio e treinamento de cientistas e técnicos;

b) realização de simpósios e seminários;

c) fornecimento de consultoria e serviços técnicos;

d) intercâmbio de informações científicas e técnicas e de documentação;

e) outras formas de cooperação consideradas apropriadas por ambas as Partes.

ARTIGO III

A cooperação no quadro do presente Acordo será implementada entre os Governos de ambas as Partes ou por agâncias competentes por esses designadas. O conteúdo especifico, o alcance e outros pormenores da cooperação serão estipulados em ajustes específicos a serem concluídos pelas Partes.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes poderão fazer livre uso das informações intercambiadas no quadro do presente Acordo, com exceção daquelas para as quais a Parte fornecedora tiver estabelecido condições ou reservas concernentes ao seu uso ou disseminação.

ARTIGO V

Materiais nucleares e equipamento necessários para a implementação de seus respectivos programas conjuntos para o uso pacífico da energia nuclear poderão ser transferidos entre as Partes Contratantes nos termos do presente Acordo. Os materiais nucleares e equipamento transferidos não deverão, contudo, ser transferidos além do território ou jurisdição da Parte que os receber, a não ser que ambas as Partes assim o consintam.

ARTIGO VI

Todo o material ou equipamento fornecido nos termos do presente Acordo por uma Parte à outra, ou o material obtido pelo uso desse material ou equipamento, ou o material utilizado no

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

equipamento fornecido nos termos do presente Acordo, só deverá ser utilizado com finalidades pacíficas e não deverá ser usado para a manufatura ou desenvolvimento de armas nucleares ou para qualquer finalidade militar. As Partes Contratantes se comprometem a solicitar à Agência Internacional de Energia Atómica a aplicação de salvaguardas em relação aos materiais nucleares ou equipamento transferidos nos termos do presente Acordo, ou em relação a material especial fissionável obtido pelo uso dos materiais e equipamento acima referidos.

ARTIGO VII

Cada uma das Partes deverá tomar as medidas necessárias para manter, em seu território, proteção física adequada dos materiais nucleares e equipamento nos termos do presente Acordo.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes realizarSo todos os esforços necessários para apoiar e promover a cooperação científica e técnica entre as diferentes agências e instituições de ambos os países no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias para facilitar a efetiva implementação do presente Acordo. As Partes Contratantes realizarão, por solicitação de qualquer uma delas, consultas sobre a Implementação do presente Acordo, desenvolvimento da cooperação e outros assuntos de interesse mútuo, relativos à cooperação internacional no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

ARTIGO X

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da segunda notificação pelas Partes de que foram cumpridas todas as respectivas formalidades legais requeridas para a entrada em vigor de um tal Acordo, e ficará em vigor durante o período de quinze (15) anos, e assim sucessivamente e de fornia automática a cada cinco anos, salvo se uma das Partes notificar, por escrito, à outra, sua intenção de denunciá-lo com um ano de antecedência da data de sua expiração.

2. Os ajustes específicos concluídos conforme o Artigo III do presente Acordo não serão afetados pela expiração do presente Acordo. No caso em que o presente Acordo seja denunciado, os dispositivos do Artigo V, VI e VII permanecerão válidos enquanto qualquer material e instalação transferida nos termos do presente Acordo permanecer no território ou sob a jurisdição da Parte que os receber.

3. Se necessário, o presente Acordo poderá ser modificado a qualquer momento através de consultas realizadas entre as Partes Contratantes. A modificação entrará em vigor na data da segunda notificação de que as respectivas exigências legais foram devidamente satisfeitas.

Feito em Pequim, aos 11 de outubro de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
ítalo Zappa

Pelo Governo da República Popular da China
Wu Xuewian

governo brasileiro e o "unfdac" firmam acordo para o controle do abuso de drogas

O Governo da República Federativa do Brasil

O Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas (doravante denominados "O GOVERNO" e "UNFDAC"),

Considerando a preparação pelo Governo de um plano diretor em que foram fixadas as principais metas para o combate às drogas.

Considerando o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas, concluído em Viena, a 16 de fevereiro de 1987, através do qual a UNFDAC se compromete a apoiar as atividades previstas no plano diretor,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O Governo e o UNFDAC se comprometem a implementar o disposto no documento de projeto (doravante denominado "O Projeto") em anexo.

ARTIGO II

1. O UNFDAC contribuirá com US$ 12.000.000 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) para a execução do Projeto.

2. A contribuição do Governo será de Cz$ 14.793.092.000,00 (quatorze bilhões, setecentos e noventa e três milhões e noventa e dois mil cruzados) em espécie.

ARTIGO III

1. O Governo designa como agência de implementação do Projeto o Conselho Federal de Entorpecentes, e como órgãos responsáveis pela implementação de cada um dos subprojetos o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Fazenda, através da Escola de Administração Fazendária, e o Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal.

2. O UNFDAC designa o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através de seu Escritório para Execução de Projetos (OPE), como agência executora do Projeto.

ARTIGO IV

O presente Acordo entrará em vigor a 5 de novembro de 1987 e permanecerá em vigor por um período de 5 anos.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de novembro de 1987, em dois exemplares originais nos idiomas português e inglês, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodró

Pelo Conselho Federal de Entorpecentes
Miguel Reale Jr.

Pelo Fundo das Nações Unidas para Controle do Abuso de Drogas
Giuseppe di Gennaro

Pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Walter Franco

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

brasil e hungria assinam ajuste complementar ao acordo de cooperação científica, técnica e tecnológica.

Ajuste complementar ao acordo de Cooperação Cientifica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da Hungria

(doravante denominados "Parles"),

Tendo em vista os termos do Acordo de Cooperação Cientifica, Técnica e Tecnológica firmado em Budapeste, em 20 de junho de 1986, e

Cônscios das vantagens que representa, para o desenvolvimento de seus países, a troca de Informações e experiências nas áreas de ciência e tecnologia,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. A parte brasileira designa, como entidade executora do presente Ajuste Complementar, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, representada neste ato por seu titular, Doutor Ralph Blasi.

2. A Parte Húngara designará, oportunamente suas entidades executoras e informará a Parte brasileira por via diplomática

ARTIGO II

O presente Ajuste Complementar tem por objetivo o estabelecimento de condições que permitam a cooperação técnica entre as Partes, envolvendo intercâmbio de informações, colaboração em estudos, desenvolvimento de programas e projetos conjuntos, bem como a prestação de serviços nas áreas aqui mencionadas e de interesse comum.

ARTIGO III

Para a consecução da cooperação prevista no presente Ajuste Complementar, as Partes firmarão instrumentos legais específicos, segundo a legislação vigente, nos quais estabelecer-se-ão os participantes, as condições de participação financeira, fontes de recursos, formas e prazos de execução, bem como outros elementos julgados necessários.

ARTIGO IV

As entidades executoras informarão à Subcomissão Mista, mencionada no Artigo IV do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Hungria, sobre os desenvolvimentos do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO V

O presente Ajuste Complementar entrará provisoriamente em vigor na data de sua assinatura, e definitivamente, na data em que se completarem as formalidades referentes à vigência do Acordo de Cooperação Cientifica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Hungria.

A validade inicial do presente Ajuste Complementar será de cinco anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes comunique â outra, por via diplomática e com uma antecedência de noventa dias, sua intenção de dá-lo por terminado.

Feito em Brasília, aos 17 dias do mês de novembro de 1987, em três exemplares originais, nas línguas portuguesa e húngara, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República Popular da Hungria
Péter Veress

Pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo
Ralph Biasi

atos bilaterais que entraram em vigor durante o 4º trimestre de 1987

ALEMANHA, REP. FED. DA, 01 - Ajuste complementar de Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento no Campo de Pesquisa e Tecnologia Ambiental.
Celebrado em Brasília, a 14 de outubro de 1987.
Entrou em vigor, a 14.10.87

CONGO, REP. POP. DO, 01 - Acordo Comercial.
Celebrado em Brasília, a 07 de julho de 1982.
Entrou em vigor, a 11 de dezembro de 1987.
Aprovação Legislativa, nº 90, de 21.11.1983
Promulgação, Decreto nº 95.604, de 07.01.1988.
D.O. nº 05, de 08 de janeiro de 1988.

CHINA, REP. POP. DA, 01 - Acordo de Cooperação no Uso Pacifico de Energia Nuclear.
Celebrado em Brasília, a 21 de dezembro de 1987.
Aprovação Legislativa, nº 12, de 24.11.1987.
Promulgação, Decreto nº 95.645, de 14.01.1988
D.O. nº 10, de 15 de janeiro de 1988.

EQUADOR, REPÚBLICA DO, 01 - Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.
Celebrado em Quito, a 26 de maio de 1983.
Entrou em vigor, 28 de dezembro de 1987
Aprovação Legislativa, nº 04, de 20 de março de 1986.

HUNGRIA, REP. POP. DA, 01 - Protocolo de Intenções.
Celebrado em Brasilia, a 17 de novembro de 1987.
Entrou em vigor, 17 de novembro de 1987.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

HUNGRIA, REP. POP. DA, 01 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cientifica, Técnica e Tecnológica. Celebrado em Brasília, a 17 de novembro de 1987. Entrou em vigor, a 17 de novembro de 1987.

MEXICANOS, EST. UNIDOS, 01 - Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia Celebrado em Acapulco, a 29 de novembro de 1987 Entrou em vigor, 29 de novembro de 1987

VENEZUELA, REPÚBLICA DA, 01 - Declaração Conjunta. Celebrado em Caracas, a 16 de outubro de 1987. Entrou em vigor, 16 de outubro de 1987.

ONU - UNFDAC, 01 - Acordo para Controle do Abuso de Drogas Celebrado em Brasília, a 05 de novembro de 1987. Entrou em vigor, a 05 de novembro de 1987. D. O. nº 218, de 17 de novembro de 1987.

atos bilaterais assinados no 4º trimestre de 1987 mas que ainda não se acham em vigor

REPÚBLICA DO IRAQUE, 01 - Protocolo sobre Comércio e Cooperação Económica.

Celebrado em Brasília, a 07de dezembro de 1987.

REPÚBLICA DO PARAGUAI, 01 - Acordo de Cooperação Técnica.

Celebrado em Assunção, a 27 de outubro de 1987.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

comuniçados e notas

o brasil no conselho de segurança da onu

O Brasil foi eleito, no dia 15 de outubro, membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biénio 1988/1989. O Brasil recebeu 151 votos.

O Conseno de Segurança, integrado por 15 dos 159 membros da Organização, dos quais 5 em caráter permanente, é o órgão principal da ONU para questões relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

O Brasil, desde 1969, não integrava o Conselho. Seu retomo ao órgão decorre de uma decisão do Presidente Samey no sentido de que o país faça ouvir com clareza sua voz nos foros internacionais e assuma plenamente suas responsabilidades como membro da comunidade internacional.

A expressiva votação obtida pelo Brasil na eleição para o Conselho de Segurança representa significativo reconhecimento do papel construtivo e equilibrado que caracteriza o desempenho da polMca externa brasileira.

itamaraty dinamiza as exportações de serviços

O Itamaraty, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Centro de Comércio Internacional (ITC) promoveram, nos dias 16 e 19 de novembro, seminários sobre o tema "Desenvolvimento da Exportação de Serviços de Engenharia e Consultoria", com o apoio do Governo da República Popular da China e o co-patrocfnio do Clube de Engenharia, da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Associação Brasileira de Empresas de Consultoria e Engenharia (ABCE).

Os seminários ocorreram, respectivamente, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, e no auditório da FIESP, em São Paulo. Foram convidados não apenas os representantes de firmas de contrucão civil e de consultoria, mas também os empresários de setores ligados direta ou Indiretamente à exportação desses serviços. Estiveram presentes três técnicos do ITC especializados nessas atividades, além de missão chinesa composta de um representante do Ministério das Relações Exteriores e Económicas e do Comércio e por diretores de empresas estatais.

Comercialização de projetos "Tum-Key", exportação de serviços de consultoria técnica e financiamento de projetos foram alguns dos principais temas apresentados pela equipe do ITC. Os diretores de empresa chinesas expressaram, além disso, seu interesse em realizar "joint-ventures" com empresas brasileiras.

paz no oriente médio

O Governo brasileiro vê, com preocupação, agravar-se a tensão entre a população palestina dos territórios de Gaza e da Cisjordânia, e as forças do Estado de Israel.

O Brasil, que reiteradamente tem manifestado seu apoio à solução pacífica e negociada para a Questão Palestina, acredita que a exacerbação da violência apenas conduz à radicalização de posições que dificulta o processo de paz no Oriente Médio.

O respeito aos direitos humanos e ao princfpio da autodeterminação é condição essencial para a convivência harmónica dos povos. O Governo brasileiro, expressa, mais uma vez, seu desejo dé ver implementadas as várias resoluções das Nações Unidas, que servem de marco para a pacificação e o progresso dos povos do Oriente Médio.

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

mensaaens

presidente josó sarney envia mensagem pelo centenário do jurista francos rené cassim

Mensagem do Presidente José Samey, por ocasião do centenário de nascimento de René Cassin.

"No momento em que se homenageia, em diversos países, a memória do eminente jurista francês René Cassin, figura de destaque no universo do direito e um dos principais artífices da Declaração Universal dos Direitos do Homem, é com grande satisfação que manifesto a admiração e o respeito que sempre devotei à figura desse homem de excelsas qualidades. Herdeiro da melhor tradição liberal francesa, René Cassin merece ser lembrado não somente pelos múltiplos talentos de jurista insigne, mas igualmente por estar o seu nome identificado com os elevados ideais éticos que lhe orientaram o trabalho."

José Samey
Presidente da República Federativa do Brasil

mensagem do presidente josé sarney ao presidente da costa rica

Mensagem do Presidente da República, José Sarney, dirigida ao Senhor Oscar Árias Sánchez, Presidente da Costa Rica, por ocasião da outorga do Prémio Nobel da Paz.

"Muito me orgulho, como latino-americano, ao ser inteirado de que o ilustre Presidente da Costa Rica é agraciado com o Prémio Nobel da Paz. A defesa impecável de tantos nobres princípios em que nós, latino-americanos estamos engajados - paz, democracia, autodeterminação, não-intervenção, reconciliação e desenvolvimento - fazem Vossa Excelência credor do reconhecimento internacional que hoje, de forma tão significativa, lhe é testemunhado. Exprimo os sentimentos do povo e do Governo brasileiros ao lhe transmitir minhas congratulações mais efusivas e nossa disposição continuada de prosseguir no caminho da valorização crescente da presença da América Latina no mundo moderno. Muito cordialmente".

José Samey
Presidente da República Federativa do Brasil

mensagem do ministro abreu sodré ao presidente da costa rica

Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, dirigida ao Presidente da Costa Rica Oscar Árias, **por** ocasião **da Outorga do Prémio Nobel** da Paz.

"Como Chanceler do Brasil, como homem público que, em mais de uma ocasião, teve a oportunidade de tratar com Vossa Excelência, sinto-me justificadamente emocionado pela concessão do Prémio Nobel da Paz ao nobre Presidente da Costa Rica. Encarna Vossa Excelência, de forma admirável, os sentimentos mais profundos da Nação costarricense, pacífica, democrática, conciliadora, como encarna Vossa Excelência os valores que a voz da América Latina tem procurado fazer valer no mundo, valores em cuja defesa nós, brasileiros, estamos igulamente empenhados. Partilhamos, pois, do justificado orgulho de seu pafs e lhe trago, junto com meus cumprimentos mais efusivos, minha respeitosa homenagem".

Roberto de Abreu Sodré
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

dia das nações unidas

Mensagem do Presidente da República, José Sarney, por ocasião do Dia das Nações Unidas, no dia 24 de outubro de 1987

Por ocasião do Dias das Nações Unidas, desejo reiterar o compromisso inabalável do Brasil com os Princípios Fundamentais da Carta de São Francisco e com a promoção dos seus Propósitos. A crescente complexidade e a ampliação dos importantes assuntos de que tratam as Nações Unidas são demonstração inequívoca da validade desses Princípios e Propósitos e da necessidade da sua plena realização.

Como expressão concreta da sua fé nas Nações Unidas, em seu papel na promoção da paz e da segurança internacionais, o Brasil propõe-se a participar ativamente dos trabalhos do Conselho de Segurança, para o qual vem de ser eleito com expressiva votação. Consoante com sua tradição diplomática, o Brasil espera contribuir de forma construtiva para a reativação do papel do Conselho no sentido do encaminhamento de situações que afetam ou possam afetar a boa convivência e o entendimento internacionais.

Estou convencido de que, sob a liderança serena e eficaz de Vossa Excelência, as Nações Unidas saberão encontrar os caminhos para a realização dos ideais da Carta de São Francisco. Alta consideração.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

xiv reunião consultiva do tratado da antártida
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações, exteriores roberto de abreu sodré, em solenidade de abertura da xiv reunião consultiva do tratado da antártida, no rio de janeiro, em 05 de outubro de 1987 3

visita oficial do presidente samey à Venezuela
discurso do presidente José samey na cerimónia de chegada à Venezuela, em 15 de outubro de 1987 7

brasíl-líbía iv reunião da comissão mista
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da sessão de **flhorhira Ho *ht* rannlfin Ha rwnleeSr» micta hracil-lfhia *nn* Hamarafu am 1Q Ho nirtiihm Ho 1QR7** 1Q

dia dos direitos humanos

Mensagem do Presidente José Samey, alusiva >à comemoração do Dia dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1987.

Trinta e nove anos após a sua proclamação pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, a Declaração dos Direitos Humanos preserva, em sua plenitude, o vigor original. Os direitos e liberdades consagrados nesse documento - que se situa entre as realizações mais elevadas do espírito de nosso tempo - constituem elemento essencial da vida democrática e, nesse sentido, representam componente indispensável ao delineamento do projeto de desenvolvimento nacional. O Compromisso do Governo brasileiro com esses valores fundamentais ganhou expressão mais nítida, nos últimos anos, com a assinatura de duas Convenções contra a Tortura e com o envio ao Congresso Nacional do Pacto de São José e dos dois Pactos Internacionais de Direitos Humanos, Instrumentos que complementam e dão força de lei, no plano internacional, às disposições da Declaração. No momento em que se comemora, nos mais diversos países, o Dia dos Direitos Humanos, reitero minha esperança de que os direitos e liberdades proclamados pelas Nações Unidas sejam universalmente respeitados, para que toda a comunidade internacional possa usufruir das condições de paz e de desenvolvimento a que aspira.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

Documento digitalizado pela equipe de Mundorama - Divulgação Científica em Relações Internacionais (http://www.mundorama.net).

V